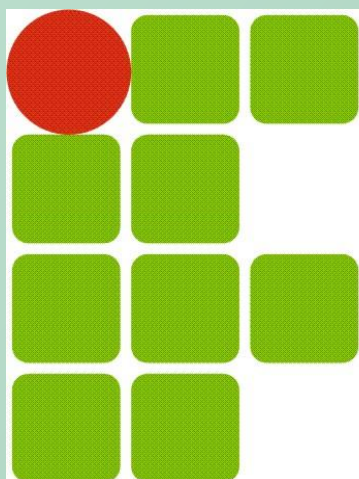




Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
RIO DE JANEIRO

CAMPUS VOLTA REDONDA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 01/2015
CONCESSÃO ONEROSA DE
ESPAÇO PÚBLICO PARA
FUNCIONAMENTO DE CANTINA
NO CAMPUS VOLTA REDONDA
DO IFRJ



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**CAMPUS VOLTA REDONDA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015****PROCESSO Nº 23274.000186/2015-77**

Razão Social: _____

CNPJ Nº. _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Celular: _____

Contato: _____

Recebemos através do acesso à página www.comprasnet.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura

Senhor Licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, e essa empresa, solicitamos a V.S.^a o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra à Coordenação de Compras, Licitações e Contratos por meio do fax (24) 3356-9150 / 3356-9152 e/ou correio eletrônico secom.cvr@ifrj.edu.br.

O não preenchimento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2015

EDITAL

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, mediante Pregoeiro(a) designado(a) pela(s) Portaria(s) nº 19, de 28 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U em 09 de fevereiro de 2015, torna público, para ciência dos interessados e habilitados no ramo pertinente que na data, horário e local abaixo indicados, realizará Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por meio da utilização dos recursos da tecnologia da informação, do tipo Menor Preço Global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Procuradoria Federal do IFRJ, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as Leis nº. 10.520 de 17/07/2002, Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, os Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 3.722 de 09/01/2001, nº. 3.784 de 06/04/2001, nº. 4.485 de 25/11/2002 e nº. 5.450 de 31/05/2005, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, com as alterações subsequentes, dispositivos da IN/MARE nº. 05 de 21/07/1995, republicada em 09/01/2001, e demais legislações e normas pertinentes, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

DATA DE ENVIO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DE 21/07/2015

HORÁRIO DE BRASÍLIA: A PARTIR DE 08:00 HORAS.

LOCAL: HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/07/2015

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:00 HORAS.

LOCAL: HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR

**CAMPUS VOLTA REDONDA
CÓDIGO DA UASG: 158488**

1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília (DF) e nessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Sumário

DO OBJETO	7
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	7
DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO	9
DAS CONDIÇÕES PARA O DIREITO DE PREFERÊNCIA	9
DA VISITA TÉCNICA	10
DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS.....	10
DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS	13
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	13
DO DIREITO DE PREFERÊNCIA	15
DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	16
DA HABILITAÇÃO	16
DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.....	20
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	21
DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	22
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO CURSO DO CERTAME	23
DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.....	24
DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	25
DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA	25
DOS ENCARGOS DO IFRJ E DA LICITANTE VENCEDORA	25
DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS	26



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.....	26
DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO	27
DO PAGAMENTO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO	28
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO	28
DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO.....	28
DAS PENALIDADES.....	28
DA RESCISÃO.....	29
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30
ANEXO I.....	32
ANEXO II.....	48
ANEXO III	50
ANEXO IV	51
ANEXO V	52
ANEXO VI.....	53
ANEXO VII.....	56
ANEXO VIII.....	57
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO	58
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	59
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	59
CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS	67
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS	67
CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO	69



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA.....	70
CLAUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	70
CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES	70
CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO	73
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO	74
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA NOVAÇÃO	74
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	74
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	75
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO.....	75
ANEXO I AO CONTRATO XX/2015.....	77



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente Edital de Licitação a concessão onerosa de espaço público para exploração comercial de cantina/lanchonete nas dependências do IFRJ Campus Volta Redonda, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I que passa a fazer parte integrante deste Edital independente de transcrição.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2. Poderão participar deste Pregão os interessados que desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que possuam obrigatoriamente registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) com Habilitação Parcial. Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
 - 2.1. Para fins de comprovação de que exerçam atividades econômicas pertinentes ao objeto desta licitação, os vencedores terão seus CNPJ verificados na página da Receita Federal. Caso seja constatado que a empresa não exerça atividade primária ou secundária compatível com o objeto, a mesma será inabilitada.
 - 2.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizada nas Unidades da Federação.
 - 2.3. O IFRJ é unidade cadastradora do SICAF.
3. O cadastramento junto ao SICAF, seja ele feito no IFRJ ou qualquer outro órgão cadastrador, não garante a HABILITAÇÃO da empresa participante do certame; esta será definida **na sessão pública**.
 - 3.1. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
 - 3.2. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2º, do Decreto nº. 5.450/2005.
 - 3.3. O licitante, se microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, para fins previstos na Lei Complementar nº. 123/2006.
4. Não será admitida nesta licitação à participação de empresas:
 - 4.1. Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 4.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- 4.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.4. Estrangeiras que não funcionem no País.
- 4.5. Cooperativas de mão-de-obra, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e Ministério Público do Trabalho em 05 de junho de 2003, homologado judicialmente através do processo nº. 1082/02, da 20ª. Vara do Trabalho de Brasília/DF, tendo em vista que o presente certame demanda execução de mão-de-obra em estado de subordinação.
5. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº. 123/2006, as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu artigo 3º, abaixo transcrito:
- “§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:*
- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;*
- II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;*
- III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*
- IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiado por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*
- V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*
- VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;*
- VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;*
- VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;*
- IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

...

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio previsto nesta Lei Complementar, e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º deste artigo, será excluída do regime de que trata esta Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva”.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº. 5.450/05), no site <https://www.comprasnet.gov.br>.
7. Os licitantes que participarão do Pregão na forma eletrônica deverão ser previamente credenciados perante o provedor do Sistema Eletrônico.
8. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº. 5.450/05).
10. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF. (Art.3º, § 3º, do Decreto nº. 5.450/05).
11. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema, para imediato bloqueio de acesso. (Art.3º, § 4º, do Decreto nº. 5.450/05).
12. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao IFRJ, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art.3º, § 5º, do Decreto nº. 5.450/05).

DAS CONDIÇÕES PARA O DIREITO DE PREFERÊNCIA

13. O fornecedor que fizer jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto em lei, deve declarar, no ato do envio de sua proposta e em campo próprio



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

do sistema, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

14. O Sistema Comprasnet verificará automaticamente, junto ao banco de dados da Receita Federal, a condição do porte das empresas, se microempresas – MEs e empresas de pequeno porte – EPPs, que será refletida no sistema após o encerramento da fase de lances.
15. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista na SEÇÃO “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO CURSO DO CERTAME” deste edital.

DA VISITA TÉCNICA

16. Como procedimento preparatório e obrigatório antecedendo ao envio das propostas comerciais referentes, os licitantes deverão efetuar visita técnica (a cargo de profissional credenciado pela empresa), a qual será registrada através de Termo de Vistoria – Anexo V, por servidor(a) designado(a) pela Prefeitura do IFRJ Campus Volta Redonda.
17. Para realização da visita técnica, os licitantes deverão entrar em contato com a Prefeitura do IFRJ Campus Volta Redonda, no(s) telefone(s) (24) 3356-9110, e agendar a data e o horário da vistoria.
18. Não será permitida a participação no processo licitatório sem o atestado de visita técnica fornecido pelo IFRJ.

DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

19. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (inciso III Art. 13º, Decreto nº. 5.450/05).
20. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
21. É vedado ao licitante por na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação;
22. Após a divulgação do Edital no site oficial <https://www.comprasnet.gov.br>, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do Sistema eletrônico**, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
 - 22.1. É DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO LICITANTE O CAMPO DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO, COM A ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO E INDICAÇÃO DA MARCA E MODELO, QUANDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

COUBER, POSSIBILITANDO AO PREGOEIRO A CORRETA ANÁLISE DO SERVIÇO A SER ADQUIRIDO;

- 22.2. O PREGOEIRO PODERÁ SOLICITAR, NA FASE DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO II) VIA SISTEMA COMPRASNET, ATRAVÉS DA OPÇÃO “CONVOCAR ANEXO”.**
- 22.3.** A funcionalidade "Convocar Anexo" será utilizada durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a partir da etapa de aceitação das propostas. O Pregoeiro, para tanto, selecionará em tela própria do Sistema o(s) fornecedor(es) que deverão enviar o(s) anexo(s). O Sistema encaminhará via chat mensagem de convocação, disponibilizando-a a todos, inclusive para acompanhamento da sociedade, e apresentará o link "Convocado". Neste momento, o(s) fornecedor(es) convocado(s) deverá(ão) encaminhar o(s) anexo(s) por meio da funcionalidade "Anexar", disponível para esse fim. Confirmado o envio do(s) anexo(s), o Sistema apresentará a informação "Consultar", possibilitando ao Pregoeiro a análise daquele(s).
- 22.4.** A convocação para enviar anexo será encerrada por decisão do Pregoeiro inclusive nos casos de recusa de proposta. A opção “Convocar anexo”, para o envio de anexo, estará disponível também na fase de habilitação, sendo possível apenas para o fornecedor que teve a proposta aceita. Após o encerramento da sessão pública, o sistema disponibilizará a opção de “Convocar anexo” na fase de adjudicação, sem contar, no entanto, com a opção Chat. Nesse caso o fornecedor usará a função “Enviar anexo/planilha atualizada”, podendo utilizar o campo “Observações” para explicitar tal procedimento
- 23.** Até a abertura da Sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 24.** A licitante deverá consignar, em campo adequado do sistema eletrônico, o valor total para o item ofertado, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 25.** Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas no Sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão (inciso IV Art. 13, Decreto nº. 5.450/05).
- 26.** Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 27. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.**
- 28.** O licitante deverá lançar as declarações abaixo listadas, de forma eletrônica, conforme disponibilizado no Sistema, no momento do lançamento da proposta:
- 28.1.** Declaração de inexistência de fato superveniente;
- 28.2.** Declaração de que a empresa não emprega menor;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 28.3. Declaração de que a empresa concorda com as condições estabelecidas neste edital;
- 28.4. Declaração ME/EPPs (caso aplicável).
29. A Proposta de Preços contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverão ser formuladas e enviadas através da opção "Convocar Anexo" anteriormente citada e/ou apresentada no IFRJ Campus Volta Redonda – Coordenação de Compras, Licitações e Contratos, conforme Anexo II constante neste Edital, quando o pregoeiro assim solicitar, via sistema eletrônico, com os VALORES UNITÁRIOS e VALORES GLOBAIS PARA CADA ITEM atualizados em conformidade com os lances ofertados, CONTENDO OS SEGUINTE DADOS:
- 29.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão;
- 29.2. A especificação clara, completa e minuciosa do objeto oferecido em conformidade com o Anexo I deste Edital;
- 29.3. Os preços constantes das propostas enviadas deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, escritos em algarismos e por extenso.
- 29.4. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.
- 29.5. Os seguintes dados do licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
- 29.6. O primeiro licitante classificado a partir do término da etapa de lances deverá encaminhar ao Pregoeiro, quando este assim solicitar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a proposta ajustada ao preço do lance ofertado:
- 29.6.1. Para o e-mail secom.cvr@ifrj.edu.br, com a proposta assinada digitalmente; OU
- 29.6.2. Através da opção "Convocar Anexo" anteriormente citada, com a proposta assinada digitalmente; OU
- 29.6.3. Proposta original, assinada pelo responsável por ofertá-la, para o seguinte endereço: Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças, Volta Redonda - RJ, CEP: 27215-350 – COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
- Parágrafo único: Os documentos habilitatórios deverão ser encaminhados necessariamente por correio, em original ou cópias autenticadas, se o pregoeiro assim solicitar.
30. O envelope a ser entregue deverá conter, no seu lado externo, a seguinte identificação:

IFRJ

COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

(DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO)

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA**

31. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I deste edital.
32. A proposta apresentada em desacordo com este edital será desclassificada.
33. O primeiro licitante classificado a partir do término da etapa de lances que não apresentar sua proposta, quando solicitada pelo pregoeiro, conforme definido no item 31.6, será desclassificada.

DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

34. A partir das 09:00 horas, do dia 31/07/2015, a Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº. 01/2015, no site oficial <https://www.comprasnet.gov.br>, será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, a divulgação das propostas recebidas, iniciando a etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº. 5.450/05.

DA FORMULAÇÃO DE LANCES

35. A partir do horário previsto no item 34 do Edital, a Sessão Pública no site oficial <https://www.comprasnet.gov.br> será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
 - 35.1. Os licitantes poderão participar da Sessão Pública no site oficial, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.
 - 35.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
 - 35.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 35.4. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.
 - 35.5. O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
36. O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
37. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, com **VALORES GLOBAIS POR ITEM**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
 - 37.1. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 37.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da Sessão e as regras estabelecidas no Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 37.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.
- 37.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 37.5.** Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedado à identificação do licitante.
- 37.6.** A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 37.7.** O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 37.8.** Após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 37.9.** A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 37.10.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 37.11.** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 38.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.
- 38.1.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 38.2.** Os licitantes deverão comprovar, quando habilitadas, a situação de regularidade, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através da opção “convocar anexo” do sistema Comprasnet ou do correio eletrônico secom.cvr@ifrj.edu.br, com posterior encaminhamento, quando solicitado, do **original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças , Volta Redonda - RJ, CEP: 27215-350 – COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 38.3. Os licitantes deverão apresentar, ainda, as declarações exigidas na Seção **“DO DIREITO DE PREFERÊNCIA”** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços.
- 38.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

39. Após o encerramento da fase de lances e apurado o menor preço por item, inicia-se as verificações do sistema eletrônico para a efetivação dos casos de empate;
- 39.1. Havendo **empate** de propostas entre empresas de médio e grande porte e ME/EPP, o sistema passa a disponibilizar funcionalidade para identificar em coluna própria as ME/EPPs participantes, fazendo-se a comparação entre os valores da 1ª colocada, caso esta não seja ME/EPP e das demais ME/EPPS na ordem de classificação;
- 39.1.1. Entenda-se como **empate**, aquelas situações em que as **propostas/lances finais** registradas pelas **microempresas ou empresas de pequeno porte** sejam **iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao último lance**;
- 39.2. Para proceder ao critério de desempate, caberá ao sistema automaticamente selecionar os itens com as características, disponibilizando-os nas telas do pregoeiro e fornecedores, bem como o encaminhamento de mensagens convocando a ME/EPP que se encontrar em 2º lugar para fazer a sua ultima oferta no **prazo de 5 (cinco) minutos** controlado pelo sistema, sob pena de decair o direito concedido;
- 39.2.1. A proposta que se enquadrar na situação de empate com a 1ª colocada terá o direito de encaminhar uma ultima oferta, obrigatoriamente abaixo da 1ª colocada no prazo estipulado no **item 39.2** e controlado pelo sistema;
- 39.3. Caso a ME/EPP classificada em 2º lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no **subitem 39.2**, o sistema convocará as demais ME/EPPS participantes na mesma condição, na ordem de classificação;
- 39.4. Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;
- 39.5. Não havendo êxito ou não existindo empate prevalecerá a classificação inicial;
- 39.6. Na hipótese de equivalência das propostas registradas pelas ME/EPPS em 2º lugar, estando na faixa dos 5% da primeira colocada não ME/EPPS, e permanecendo a equivalência das propostas até o encerramento do prazo estabelecido, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 39.7. Na ausência de funcionalidade do sistema, deverá o pregoeiro oportunizar às ME/EPPS com direito de preferência para que elas possam exercê-lo mediante manifestação no chat.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

40. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar **exclusivamente** quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.
41. O Critério de julgamento e classificação das Propostas será o do **MENOR VALOR GLOBAL PARA CADA ITEM**.
42. Será **analisada pelo Setor Solicitante** a correta discriminação dos itens ofertados, verificando sua conformidade com o solicitado no Termo de Referência, assim como será avaliada a qualidade técnica dos bens ofertados.
43. Após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
44. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
45. Poderão ser acordados pequenos acertos de valores para equalizar valores totais com unitários, de forma a manter os valores com 02 (duas) casas decimais, não podendo o valor ajustado ser superior ao negociado no Pregão.
46. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 46.1. Ocorrendo a situação a que se refere este item, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.
47. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

DA HABILITAÇÃO

48. É permitida a comprovação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS, INSS, Balanço Patrimonial, Receita Estadual e Receita Municipal), na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de cadastramento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), nos termos do Decreto nº. 3.722, de 09/01/2001, do Decreto nº. 4.485, de 25/11/2002, e da IN MARE nº. 05, de 21/07/1995.
49. Para os efeitos do item 47, serão avaliados os seguintes documentos:
- 49.1. **Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal:**



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 49.1.1. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- 49.1.2. Certidão Negativa de Débito (CND/INSS) perante a Seguridade Social;
- 49.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, compreendendo a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data de abertura da licitação;
- 49.1.4. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual (Tributos Diversos) do domicílio da sede da licitante;
- 49.1.5. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal (Tributos Diversos) do domicílio da sede da licitante;
- 49.1.6. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame; registro comercial, no caso de empresa individual;
- 49.1.7. Declarações eletrônicas de que não está descumprindo o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório (disponíveis no site <http://www.comprasnet.gov.br>, no momento da inserção da proposta no sistema); declaração para habilitação, que deverá ser efetuada nos moldes do Anexo IV.

49.2. Qualificação Econômico-Financeira:

- 49.2.1. Deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da Lei incluindo-se as respectivas Notas Explicativas; o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário; também deverão ser apresentados, devidamente preenchidos, os Anexos II e III do Decreto Estadual nº 36.601, publicado no Diário Oficial do Estado, em 11 de abril de 1996, e legislação posterior; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;

- 49.2.2. **Comprovação de possuir patrimônio líquido mínimo de R\$ 15,05**, conforme preveem os § 2º e 3º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93;

49.2.2.1. Caso haja a atualização do patrimônio líquido, deverá ser juntado demonstrativo do cálculo do valor corrigido pela licitante.

- 49.2.3. **Certidão negativa de falência, concordata ou de recuperação judicial** (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

49.3. Qualificação Técnica:

- 49.3.1. **Certidão de Registro de Quitação junto ao Conselho Regional de Nutricionistas – CRN**, conforme Lei Federal n. 6.583/78, Decreto Federal n. 84.444/80, Lei Federal n. 6.839/80 e Resolução CRN n. 378/05;

- 49.3.2. **Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado e fornecido, com bom desempenho quanto à qualidade dos serviços e cumprimentos dos prazos contratuais, serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação;

49.3.2.1. Os atestados de capacidade técnica deverão conter, obrigatoriamente, chancela do CRN com o responsável técnico da empresa;

49.3.2.2. O atestado poderá ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, inclusive com solicitação do respectivo contrato que lhe deu origem, visitas ao local, etc., vedada a apresentação de atestado emitido pela própria licitante.

- 49.3.3. **Comprovação que possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional(ais) de nível superior**, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por prestação de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, a comprovação do vínculo poderá ser feita por meio da carteira de trabalho ou folha de registro de empregados ou outro meio legal que comprove essa situação permanente ou, em caso de sócio ou diretor, por meio de contrato social, devidamente reconhecido e registrado pelo Conselho Federal/Regional de Nutrição – CFN;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 49.3.4. **Declaração de que cumprirá a Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.**
- 49.3.5. **Declaração de Visita Técnica**, declarando que a empresa vistoriou o(s) local(is) dos serviços, com visto emitido por responsável designado pelo IFRJ, **nos moldes do Anexo V.**
- 49.3.5.1. Para execução da Visita Técnica (Anexo V), o licitante deverá entrar em contato com a **PREFEITURA DO IFRJ CAMPUS VOLTA REDONDA**, através do telefone: (24) 3356-9110, e agendar a data de realização da vistoria.
50. Para fins de habilitação, a verificação pelo Órgão promotor do certame nos sites oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.
51. As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).
- 51.1. A comprovação da situação de regularidade poderá ser feita mediante encaminhamento da documentação através do correio eletrônico secom.cvr@ifrj.edu.br, com posterior encaminhamento do **original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** para Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças, Volta Redonda - RJ – COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
- 51.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado e a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa (§ 1º Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).
- 51.3. A **não-regularização da documentação**, no prazo previsto nesta condição, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogar a licitação;
52. Havendo irregularidade no cadastramento no SICAF e, não sendo apresentada, pela licitante já inscrita, documentação satisfatoriamente atualizada e regularizada, a licitante será inabilitada.
53. A boa situação financeira terá como base os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial ou apurados mediante consulta *online* no caso de empresas inscritas no SICAF:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 53.1.** O licitante que apresentar um resultado igual ou menor que um (≤ 1) em qualquer dos índices LG, SG e LC, será verificado no SICAF o Capital Social mínimo exigido em relação ao somatório dos itens que cotar.
- 54.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado;
- 55.** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do Certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (art.25, § 4º do Decreto nº. 5.450/2005);
- 56.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF**, deverão ser apresentados via fax ou pelo correio eletrônico após solicitação do Pregoeiro no Chat do Sistema Eletrônico.
- 57.** Os documentos e anexos exigidos para habilitação, depois de remetidos através da opção “convocar anexo” disponibilizado pelo pregoeiro no site Comprasnet, e/ou via fax, e/ou pelo correio eletrônico, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de **2 (dois) dias úteis, contados do término da etapa de lances, quando o pregoeiro assim solicitar.**
- 58.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.
- 59.** A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº. 5.450 de 31/05/2005.
- 60.** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem a Seção **“DA HABILITAÇÃO”** deste Edital.

DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 61.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica, encaminhado através do e-mail **secom.cvr@ifrj.edu.br** com assinatura eletrônica ou, PREFERENCIALMENTE, entregue na **COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS** do IFRJ, endereço



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças , Volta Redonda - RJ – CEP 27215-350, horário de 10:00 às 17:00 horas.

62. Não serão reconhecidas as impugnações enviadas via fax, vencidos os prazos legais e as mesmas deverão ser elaboradas com a observância dos seguintes requisitos:
- a) Serem impressas e devidamente fundamentadas;
 - b) Conter todos os dados do responsável pela impugnação;
 - c) Serem assinadas pelo responsável legal do licitante, ou no caso de cidadão comum, pelo próprio (eletronicamente no caso de enviada por email);
63. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado (a) pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento via e-mail ou pela **COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS** do Campus Volta Redonda do IFRJ.
64. A contagem da data de recebimento do pedido de impugnação será iniciado a partir do recebimento do pedido pela Coordenação de Compras, Licitações e Contratos e não a partir do recebimento deste no IFRJ, pelo serviço de Protocolo, responsável por encaminhar as correspondências recebidas aos setores interessados. Deste modo, para que o interessado não perca o prazo legal, recomenda-se a entrega do pedido de impugnação em mãos, na própria Coordenação de Compras, Licitações e Contratos ou via correio eletrônico com pedido de confirmação de recebimento de mensagem.
65. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização de Certame.
66. Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação, após o prazo definido.
67. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço indicado no **item 60**.
68. As dúvidas **referente a este edital e ao objeto** serão dirimidas somente via correio eletrônico, não sendo esclarecidas dúvidas por telefone.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

69. Encerrada a fase de Habilitação, o Pregoeiro abrirá prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
70. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
71. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

72. A recorrente e as demais licitantes deverão enviar via correio ou entregar nas dependências do IFRJ uma via original das razões e as contrarrazões dos recursos que foram registradas em campo próprio do sistema dentro do prazo legal. As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser encaminhadas a **COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, situada à **Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças, Volta Redonda - RJ** e dirigidas ao Pregoeiro, o qual decidirá sobre os recursos após apreciação.
73. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à apreciação da autoridade competente sempre que o mesmo não acatar o recurso.
74. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado (a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
75. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
76. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
77. É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões.
78. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**, situada à Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças, Volta Redonda - RJ, nos dias úteis no horário de 10:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas.
79. **Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.**

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

80. A adjudicação do objeto do presente Certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
81. Havendo recursos, decididos os mesmos e constatada a regularidade dos atos praticados, o(a) **Campus Volta Redonda** do IFRJ adjudicará o objeto após divulgação.
82. A homologação da licitação é de responsabilidade do **Diretor Geral do IFRJ Campus Volta Redonda** e só poderá ser realizada depois de decididos os recursos, quando houver, e após a adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro.
83. A adjudicação poderá ser feita para um ou mais licitantes vencedores desta licitação.
84. **A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE CERTAME OCORRERÁ SOMENTE APÓS O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, SEJAM ELAS EM MEIO ELETRÔNICO, FAX, CÓPIAS AUTENTICADAS OU ORIGINAIS IMPRESSAS, QUANDO O PREGOEIRO ASSIM SOLICITAR.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO CURSO DO CERTAME

85. No caso de a licitante deixar de cumprir sua proposta, será convocada a seguinte, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando se tratar de recusa injustificada, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
86. As penalidades referidas no caput do artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores não se aplicam às demais licitantes convocadas nos termos do artigo precedente que não aceitarem a contratação.
87. Ficará impedido de licitar e contratar com a **União**, e será descredenciado no **SICAF**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:
- a) Quando convocado, não comparecer para retirar e/ou assinar instrumento contratual;
 - b) Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
 - c) Apresentar documentação falsa;
 - d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - e) Não mantiver a proposta;
 - f) Falhar ou fraudar na execução da Contratação;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo;
 - h) Fizer declaração falsa; e
 - i) Cometer fraude fiscal
88. As penalidades de que tratam o item anterior serão aplicadas na forma abaixo:
- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com a União por até 90 (noventa) dias;
 - b) falhar ou fraudar na entrega do serviço, ficará impedida de licitar e contratar com a União por, no mínimo 90 (noventa) dias a 2 (dois) anos;
 - c) apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedida de licitar e contratar com a União por, no mínimo, 2 (dois) anos até 5 (cinco) anos.
89. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período sem prejuízo das multas previstas neste Edital e nas demais cominações legais.
90. A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, pelo descumprimento total ou parcial deste Edital:
- 90.1. **Advertência**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave aos licitantes que descumprirem as obrigações e responsabilidades



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

assumidas na licitação e/ou acarretarem transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFRJ;

90.2. Multa:

- a) de 1% (um por cento) do valor da contratação, por dia de atraso por descumprimento do prazo de entrega do serviço, previsto neste Edital, limitado a 20 (vinte) dias de atraso;
 - b) de 20% (vinte por cento) do valor da contratação por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência.
91. As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.
92. Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a entrega do serviço, se a irregularidade não for sanada, podendo, ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.
93. Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.
94. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração
95. Desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, os licitantes que descumprirem as obrigações e responsabilidades assumidas na licitação, e/ou acarretarem transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFRJ, estarão sujeitos à advertência.

DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

96. Procedida à homologação pela autoridade competente da adjudicação proferida pelo Pregoeiro, a Administração do IFRJ convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) úteis dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
97. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do IFRJ.
98. É facultado à Administração do IFRJ, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

99. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do IFRJ, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
100. O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

101. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

102. O Termo de Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, desde que obtidos preços e condições vantajosas para a Administração, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses (art.57, II da Lei 8.666/93), com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.
103. Nos aditivos, será feita pesquisa de preços pelo IFRJ e os valores pesquisados serão comparados aos apresentados pela contratada, sendo aceito pela administração o **menor valor** entre a proposta da contratada e o valor encontrado na pesquisa.

DOS ENCARGOS DO IFRJ E DA LICITANTE VENCEDORA

104. Caberá ao IFRJ:
- 104.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;
 - 104.2. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Anexo I, bem assim os materiais fornecidos;
 - 104.3. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio do Gestor e fiscal do contrato designado pelo IFRJ.
105. Caberá à licitante vencedora:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

105.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

- a. Salários;
- b. Seguros de acidente;
- c. Taxas, impostos e contribuições;
- d. Indenizações;
- e. Vales-refeição;
- f. Vales-transporte; e
- g. Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

105.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas.

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

106. À licitante vencedora caberá, ainda:

106.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o IFRJ;

106.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do IFRJ;

106.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse processo licitatório e respectivo contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência.

107. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do IFRJ, nem poderá onerar o objeto desta Licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o IFRJ.

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

108. Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

108.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do IFRJ durante a vigência do contrato;

108.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para execução da totalidade dos serviços constantes do objeto.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

109. O Contrato será acompanhado e fiscalizado pelo(s) servidor(es) , designado(s) através da Portaria Nº , atendendo ao disposto no art. 67 da Lei 8.666/93. Independente de qualquer aviso, o IFRJ, a seu critério, poderá fazer a substituição de seu(s) gestor(es), sem que haja necessidade de elaboração de Termo Aditivo – TA.

109.1. São atribuições do gestor:

- a.** Analisar e verificar os serviços atestados pelo fiscal;
- b.** Analisar e instruir processo concernente a faltas cometidas pelo contratado, com indicação de penalidade cabível e da necessidade ou não de rescisão contratual visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;
- c.** Analisar e instruir processo concernente a aplicação de multas e execução da garantia, visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;

110. A Fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o final do Contrato e será exercida no interesse exclusivo do IFRJ, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

110.1. Caberá à Fiscalização do IFRJ:

- a.** Aprovar a indicação do preposto pela condução dos trabalhos, pelo contratado;
- b.** Nos termos do Artigo 67, § 2º da Lei 8.666/93, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c.** Observar as falhas na execução do objeto, tanto materiais quanto relativo à mão-de-obra e a não observância aos projetos;
- d.** Determinar a correção de vícios e danos detectados na execução do objeto;
- e.** Esclarecer e solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Termo de referência, especificações e outros documentos.

111. A fiscalização do IFRJ terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências vinculadas a prestação do Serviço de Cantina, podendo:

- a.** Verificar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias às preparações/consumo;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

b. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios, bem como dos veículos utilizados para o transporte dos alimentos.

111.1. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

DO PAGAMENTO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO

112. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento mensal, referente à concessão onerosa de espaço público, por meio de recolhimento do valor correspondente através de Guia de Recolhimento da União (GRU), até o dia 10 de cada mês.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

113. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do IFRJ, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Licitação.

DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO

114. No interesse da Administração do IFRJ, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

115. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

116. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

DAS PENALIDADES

117. Pela recusa em assinar o termo de contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo IFRJ, ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato.

118. Salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

a. Advertência

b. Multa de:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- b.1.** 0,5% ao dia sobre o valor contratado, no caso de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. Após o quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b.2.** 10% sobre o valor contratado, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.1” , ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- b.3.** 30% sobre o valor contratado, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o IFRJ, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.
- 119.** O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo IFRJ à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.
- 120.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” da **Condição 118** poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
- 121.** As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” da mesma condição também poderão ser aplicadas à CONTRATADA caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com Administração.

DA RESCISÃO

- 122.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão que ocorrerá de pleno direito e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, constituindo motivos o que dispõe o art. 78 da Lei 8.666/93.
- 123.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 124.** A rescisão do contrato poderá ser:
- 124.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do IFRJ, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou
- 124.2.** Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do IFRJ; ou
- 124.3.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 125.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

126. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início, incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário.
127. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.
128. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação com a Administração.
129. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da Sessão Pública.
130. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
131. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa mediante ato escrito e fundamentado.
- 131.1. A anulação do procedimento licitatório induz à da Contratação.
- 131.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Contratação.
132. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **IFRJ** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
133. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
134. Após a homologação do pregão eletrônico, as **dúvidas referentes à assinatura do Termo de Contrato deverão ser esclarecidas junto à Coordenação de Compras, Licitações e Contratos, no telefone (24) 3356-9150.**
135. Após assinatura do Termo de Contrato, as **dúvidas referentes ao pagamento da GRU, referente à concessão onerosa de espaço público, deverão ser esclarecidas junto ao Setor Financeiro, no telefone (24) 3356-9151.**



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

136. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do **item 85** do presente Edital, o lance é considerado proposta.
137. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança de futura Contratação.
138. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições na Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e na Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, os Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 3.722 de 09/01/2001, nº. 3.784 de 06/04/2001, nº. 4.485 de 25/11/2002, nº. 5.450 de 31/05/2005 e nº. 6.204 de 05/09/2007, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, com as alterações subsequêntes, dispositivos da IN/MARE nº. 05 de 21/07/1995, republicada em 09/01/2001, suas atualizações e demais normas pertinentes.
139. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail: secom.cvr@ifrj.edu.br.
140. Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente ou servidor da Administração.
141. A participação na Licitação implica na aceitação integral e irretratável dos Termos deste Edital, seus Anexos e instruções, bem como a observância dos Regulamentos Administrativos e das Normas Gerais e Especiais determinadas e citadas no Edital.
142. O presente Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos na **Coordenação de Compras, Licitações e Contratos**, no IFRJ Campus Volta Redonda, mediante o fornecimento de mídia no formato CD-R ou CD-RW ou pen drive ou ainda no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br>.
143. Ocorrendo situação não prevista nesse documento, a decisão quanto ao procedimento a ser adotado será de responsabilidade do Pregoeiro sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes e os princípios que regem os procedimentos da Administração Pública.
144. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem dos procedimentos licitatórios, será o da Justiça Federal do Rio de Janeiro.
145. O presente Edital foi aprovado pela Procuradoria Federal do IFRJ.

Volta Redonda, .

Coordenação de Compras, Licitações e Contratos



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 01/2015

UASG 158488

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23274.000186/2015-77.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a concessão onerosa de espaço público, **COM FORNECIMENTO DE** mobiliário e respectivos utensílios por parte do licitante vencedor, para exploração comercial de lanchonete nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ. O valor a ser licitado será o valor total do cardápio obrigatório.

1.1.1.A área, de aproximadamente 123 m² (cento e vinte e três metros quadrados), está localizada nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ, situado à Rua Antônio Barreiros, número 212, Nossa Senhora das Graças, Volta Redonda - RJ, e compreende cozinha, despensa, balcão, salão de atendimento.

1.1.2.O local é servido por água encanada e energia elétrica.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente concessão se justifica pela necessidade de contar com uma lanchonete nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ, apto a suprir a demanda do público frequentador por lanches e refeições rápidas.

3. DA POPULAÇÃO FIXA

3.1. A população fixa do Campus Volta Redonda do IFRJ, assim entendidos alunos, professores, servidores e prestadores de serviço, corresponde a aproximadamente 734 (Setecentos e trinta e quatro) pessoas e se encontra assim distribuída (dados de **Maio** de 2015):

POPULAÇÃO	QUANTITATIVO FIXO
Alunos	621
Professores	59
Servidores	34
Prestadores de Serviço	20

3.1.1.A indicação dos quantitativos acima tem caráter informativo apenas e não constitui qualquer compromisso presente ou futuro por parte do IFRJ, que não poderá ser responsabilizado por eventuais flutuações de demanda.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

4. DOS PREÇOS ESTIMADOS

- 4.1. O valor total estimado do pregão corresponde ao somatório de todos os preços médios estimados, conforme demonstra o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO			Valor médio (R\$)	PREÇO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1.	Cardápio	Saladas	Caesar	7,00	21,17	169,51
			Grão de bico	7,17		
			Feijão fradinho	7,00		
		Lasanhas	Bolonhesa	10,00	30,67	
			Queijo e presunto	10,00		
			Quatro queijos	10,67		
		Caldos	Verde	6,33	19,00	
			Canjiquinha	6,33		
			Feijão	6,33		
		Lanches				

- 4.2. O preço estimado do Cardápio de Saladas, Lasanha, Caldos e Lanches foi calculado através do somatório dos itens listados nas tabelas conforme demonstra o Anexo VI.
- 4.3. Os preços médios estimados dos itens foram obtidos através de levantamento feito pelo solicitante do serviço junto a empresas do ramo, conforme registros anexados no processo nº. 23274.000185/2015-77.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 5.1. As propostas serão julgadas pelo menor preço do somatório de itens do cardápio, composto pelas tabelas de saladas, lasanha, caldos e lanches definidas no Anexo VI do Edital, conforme demonstra o item 4.1 do presente Termo de Referência.
- 5.2. Deverão ser informados os preços para todos os itens que compõem o mencionado cardápio, sob pena de desclassificação da proponente.
- 5.3. A Licitante vencedora se obriga a praticar os preços informados em sua proposta.

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. DO FUNCIONAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 6.1.1.** O horário de funcionamento do restaurante deverá ser de segunda-feira a sexta-feira, no mínimo, das 8h00min às 21h30min, e sábado de 8h00min às 11h00min.
- 6.1.1.1.** As saladas deverão ser oferecidas de 11h00min às 15h00min. Deverão ser oferecidos dois tipos de saladas, de acordo com a tabela de saladas do Anexo VI, por dia, sendo obrigatório intercalar as opções obrigatórias durante a semana.
- 6.1.1.2.** As lasanhas deverão ser oferecidas a partir das 11h00min. Deverão ser oferecidos dois tipos de lasanhas, de acordo com a tabela de lasanhas do Anexo VI, por dia, sendo obrigatório intercalar as opções obrigatórias durante a semana.
- 6.1.1.3.** Os caldos deverão ser oferecidos a partir das 18h00min, sendo obrigatório o fornecimento nos meses de Junho à Setembro. Deverão ser oferecidos 2 (dois) tipos de caldos, de acordo com a tabela de caldos no Anexo VI, por dia, sendo obrigatório intercalar as opções obrigatórias durante a semana.
- 6.1.2.** Caso seja do interesse da Contratada, o horário de funcionamento poderá ser ampliado em até 2 (duas) horas diárias, no intervalo de 7h00min às 22h30min;
- 6.1.3.** O IFRJ poderá, prévia e justificadamente, determinar que o horário de funcionamento seja reduzido ou estendido, em datas definidas, de forma a atender às necessidades de serviço ou à realização de eventos específicos.
- 6.1.4.** Durante o período de recesso escolar (férias, greve ou outro tipo de paralisação das atividades da Instituição), será obrigatório o funcionamento da Cantina/ Lanchonete, por período mínimo de dois (duas) horas, em cada expediente, podendo esta condição ser modificada em acordo com a fiscalização do IFRJ, se convier.
- 6.1.5.** A Contratada deverá comercializar lanches e refeições leves facultado o comércio de outros produtos industrializados de alimentação, tais como doces, balas, chocolates, biscoitos, salgadinhos, chicletes, picolés, sorvetes etc.
- 6.1.5.1.** Deverão ser oferecidos, diariamente, os itens constantes do Anexo V ao presente edital.
- 6.1.5.2.** Só poderão ser colocados à venda ou expostos ao consumo, alimentos próprios para tal finalidade, sendo assim considerados os que:
- 6.1.5.2.1.** Estejam em perfeito estado de conservação;
- 6.1.5.2.2.** Por sua natureza, composição e circunstância de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

produção, fabricação, manipulação, beneficiamento e quaisquer atividades relacionadas com os mesmos, não sejam nocivos à saúde, não tenham o valor nutricional prejudicado e não apresentem aspectos repugnantes;

6.1.5.2.3. Não poderão ser comercializadas bebidas alcoólicas ou energéticos e produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco.

6.1.5.3. Os lanches deverão ser preparados com ingredientes de qualidade superior e servidos ao freguês em pratos (descartáveis ou reutilizáveis, a critério do Concessionário) ou acondicionados em sacos de papel apropriados;

6.1.5.4. A venda deverá ocorrer no mesmo dia do preparo, com o devido descarte, ao fim do expediente, dos itens não comercializados;

6.1.5.5. Sucos, vitaminas, refrescos, leite e café deverão ser fornecidos em copos descartáveis, com opção de açúcar ou adoçante em sachês individuais;

6.1.5.6. Os vegetais folhosos, verduras, ovos de galinha ou de codorna deverão ser previamente higienizados mediante utilização de solução adequada para tal fim;

6.1.6. A Contratada deverá atender às mais estritas regras de higiene. São elas:

6.1.6.1. Atender ao que dispõe a Portaria CVS-5/13, referente ao “Regulamento Técnico sobre os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico Sanitário em Estabelecimentos de Alimentos”;

6.1.6.2. Manter absoluta higiene no armazenamento, manipulação, preparo e transporte dos alimentos;

6.1.6.3. Recolher e proceder à higienização dos utensílios utilizados pelos usuários, na área destinada para esse fim;

6.1.6.4. Manter os utensílios, equipamentos e os locais de preparação dos alimentos, rigorosamente higienizados, antes e após sua utilização, com uso de produtos registrados no Ministério da Saúde;

6.1.6.5. Proceder à higienização e desinfecção de pisos, ralos, paredes, janelas, inclusive área externa (local de recebimento de gêneros e de materiais), das suas dependências vinculadas ao objeto, observadas as normas sanitárias vigentes e boas práticas;

6.1.6.6. Proceder à higienização do refeitório do campus, inclusive com o recolhimento de restos alimentares e de descartáveis, se houver, acondicionando-os de forma adequada, e encaminhando-os ao local determinado pelo IFRJ – Volta Redonda;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 6.1.6.7.** Recolher diariamente e quantas vezes se fizerem necessárias, resíduos alimentares das dependências utilizadas, acondicionando-os devidamente e encaminhando-os até local determinado pelo IFRJ – Volta Redonda, observada a legislação ambiental;
- 6.1.6.8.** Exercer o controle de qualidade de produtos para higienização e outros materiais de consumo necessários, observando o registro nos órgãos competentes e de qualidade comprovada.
- 6.1.7.** Ficará a critério da Concessionária o fornecimento de outros tipos de lanche não contemplados no Anexo V;
- 6.1.8.** A interrupção do fornecimento de quaisquer dos lanches mencionados no Anexo V deverá ser objeto de comunicação, antecipada e por escrito (com a devida justificativa), ao Gestor do Contrato, a quem caberá endossar ou não o pleito;
- 6.1.9.** A Concessionária poderá, à sua conveniência, aceitar pedidos e realizar a entrega exclusiva de lanches nas dependências do IFRJ, desde que o faça durante o horário normal de expediente e com uso de pessoal próprio, devidamente identificado, respeitando as normas e os regulamentos do Órgão.
- 6.1.10.** A empresa se obriga a ter uma máquina de cartão de débito e crédito, aceitando cartões das principais bandeiras.
- 6.2. DO PREÇO PRATICADO**
- 6.2.1** Os preços por item do cardápio mínimo exigido, bem como dos itens ofertados e propostos não poderão ser superiores aos praticados no mercado da cidade onde será instalada a Cantina/ Lanchonete, objeto da concessão de uso.
- 6.2.2** A tabela de preços praticados deverá ser exposta para os usuários, sendo ela aprovada pelo fiscal de contrato, se necessário, podendo a Diretoria e/ou a fiscalização solicitar a redução dos preços, a qualquer época, se verificada incompatibilidade com os praticados no mercado regional.
- 6.2.3** Fica facultado à CONTRATADA fornecer refeições do tipo “*à la carte*”, “*self service*”, Prato Feito (PF) e lanches adicionais, cujos preços praticados deverão ser os de mercado, devendo ser informados por meio de cardápios específicos.
- 6.2.4** Atendimento especiais de lanches deverão ter seus preços e condições de fornecimento, previamente solicitados e negociados entre o IFRJ e a Concessionária.
- 6.2.5** A concessionária não poderá onerar os preços dos alimentos quando estes forem solicitados quentes ou adoçados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

6.3. DA MANUTENÇÃO E REPAROS

6.3.1 Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da Concessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens:

a. Água/esgoto;

b. Energia (eletrodutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores);

c. GLP (válvulas, conexões, etc.).

6.3.2 A Contratada deverá providenciar manutenção preventiva programada mensal e corretiva com fornecimento integral de peças, com empresa autorizada, de todos os equipamentos de cozinha, respeitados os critérios e prazos de garantia de fábrica dos equipamentos;

6.3.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação, se aplicável, serão prestados por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar;

6.3.4 Todos os consertos, se e quando necessários, deverão se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo da adequada prestação do serviço contratado;

6.3.5 A Contratada deverá manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade;

6.4. DA LIMPEZA E DO CONTROLE DE PRAGAS E ROEDORES

6.4.1 A limpeza total da cantina (cozinha, área de atendimento – interna e externa e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade da concessionária.

6.4.2 O material de limpeza e a retirada do lixo interno são de responsabilidade da concessionária.

6.4.3 A concessionária deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência necessária para manter a higiene local, ou sempre que solicitado pela fiscalização do IFRJ.

6.4.4 As empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.

6.4.5 As empresas deverão apresentar informações seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente quando à toxicidade e ao tempo de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ausência do local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor.

- 6.4.6** A concessionária ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada de alimentos, utensílios etc.

7. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONTRATADA

- 7.1** Avaliação do desempenho da empresa contratada para fornecimento de alimentação, com a responsabilidade técnica operacional das atividades na cantina do IFRJ, com a finalidade de:

- 7.1.1** Garantir a qualidade das refeições oferecidas;
- 7.1.2** Dar condições a fiscalização para mensurar e aferir o desempenho da empresa contratada;
- 7.1.3** Instituir ferramenta de gestão para dar apoio ao processo decisório com a formalização dos resultados;
- 7.1.4** Garantir o atendimento às obrigações contratuais;
- 7.1.5** Para que não ocorram desvios, sejam esses pelos descumprimentos de normas, procedimentos ou especificações.

7.2 DEFINIÇÕES:

- 7.2.1** A primeira avaliação ocorrerá sem agendamento prévio. A partir da primeira avaliação as subseqüentes serão feitas bimestralmente, também sem agendamento prévio. Caso a empresa apresente na Avaliação conceito “Insatisfatório”, a mesma terá que apresentar um Plano de Ação (PA) para cada NÃO CONFORMIDADE encontrada. Se a CONTRATADA não apresentar o PA no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a mesma será Notificada, aplicando-se o ANS, anexo à minuta contratual. Caso a empresa apresente o PA, mas se não aplicá-lo, a mesma será Advertida.
- 7.2.2** Caso a Contratada receber em 2 (duas) avaliações conceito “Insatisfatório”, a mesma será Notificada e, se não apresentar o PA, a mesma será Advertida mais uma vez. Caso a CONTRATADA receba 3 (três) conceitos “Insatisfatório”, a CONTRATADA receberá mais uma Advertência, juntamente com a aplicação do desconto previsto no ANS, anexo à minuta contratual, assim como poderá incidir em Multa ou até Rescisão Contratual, as quais exigem abertura do regular processo administrativo, a ampla defesa e o contraditório.
- 7.2.3** A classificação das ações para o Relatório pode ser:
 - Leve – Que incide em apresentação do Plano de Ação (PA).
 - Grave – Que incide em Notificação + Plano de Ação (PA).
 - Muito Grave – Que incide em Notificação + Advertência + Ressarcimento ou Reposição (se for o caso).
- 7.2.4** Caso haja algum assunto grave descrito nos relatórios de Avaliação de Desempenho, poderá haver advertência à CONTRATADA, sendo definidas ações mais urgentes a serem tomadas, com risco até de rescisão contratual ou de penalização quanto ao ressarcimento de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

prejuízos ao RU, de acordo com as sanções previstas no Edital e na Lei n.º 8.666/93.

- 7.2.5** O Ressarcimento ou Reposição de prejuízo causado não impedirá o andamento do processo que poderá incidir em multa ou até em rescisão contratual.
- 7.2.6** **Plano de Ação: medidas corretivas que visam ao redirecionamento das ações necessárias ao desenvolvimento das atividades dentro dos padrões definidos neste Termo de Referência.**
- 7.2.7** Periodicidade da Avaliação de desempenho: Será realizada bimestralmente pelo Fiscal do Contrato para emissão dos relatórios.
- 7.2.8** POPs - Procedimentos Operacionais Padrão: São normas e padrões técnicos operacionais definidos pela equipe de fiscalização, disponibilizados à CONTRATADA após a assinatura do Contrato, que deverão ser respeitados e seguidos pela Contratada nas atividades desenvolvidas no RU.
- 7.2.9** A somatória da tabela de pontuação e pesos poderá totalizar até 100 pontos, de acordo com os seguintes indicadores:

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO			
Higiene	Nota (de 0 a 10)	Peso	Nota parcial
Aplicação dos POPs		1	
Limpeza da área interna		1,5	
Limpeza da área externa		1,5	
Louças e talheres		1,5	
Utensílios utilizados		1,5	
Qualidade no atendimento			
Funcionários prestativos		0,5	
Agilidade no atendimento		0,5	
Qualidade do cardápio			
Cumprimento do Cardápio Previsto		1	
Qualidade dos Alimentos		1	
Somatória			



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

7.2.10 Conceito de Desempenho: é um parecer dado para cada quesito avaliado da CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

Avaliação	Percentual
Ótimo	de 80 a 100
Bom	de 50 a 79
Insatisfatório	abaixo de 49

7.2.11 De acordo com a atividade estabelecida no contrato, a FISCALIZAÇÃO poderá suprimir ou incluir algum quesito que ache mais específico ou pertinente para aquele momento do Contrato, bem como a CONTRATADA poderá sugerir alterações para melhor desenvolvimento das atividades, que será analisado pela FISCALIZAÇÃO e poderá ser acatado ou não.

7.2.12 Relatórios de Acompanhamento: São documentos gerados pela FISCALIZAÇÃO, que identifica não-conformidades nas atividades da CONTRATADA e define em conjunto com ela um Plano de Ação de melhorias.

7.2.13 Reuniões Periódicas: São reuniões realizadas entre a FISCALIZAÇÃO, membros da comunidade acadêmica e representante da CONTRATADA que visam discutir sobre cláusulas contratuais e o fornecimento de refeições. Essa reunião será mensal, mas poderá ocorrer quinzenalmente ou semanalmente, dependendo da complexidade do Plano de Ação. Isso será definido pela FISCALIZAÇÃO.

7.2.14 O representante nomeado pela CONTRATADA para representá-la nas reuniões deverá ter capacidade, competência e autonomia para falar em nome da mesma. A empresa CONTRATADA deverá manter durante a vigência do Contrato o mesmo representante por ela nomeado. Caso haja necessidade de trocar o representante, isso só poderá ser feito mediante prévia justificativa e informando o nome e as qualificações do próximo representante para aprovação da FISCALIZAÇÃO.

7.2.15 Será facultativa a presença de outros membros da empresa CONTRATADA às reuniões.

8. DOS EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS

8.1. A empresa deverá suprir todas as necessidades de equipamentos, mobiliários e utensílios, por suas custas, todos necessários ao bom funcionamento da cantina, tais como: geladeira vertical, freezer vertical, liquidificador industrial, forno elétrico, micro-ondas, fritadeira, chapa quente, vitrine fria, vitrine quente, mesas, cadeiras, exaustor, máquina de café, entre outros. A listagem completa de equipamentos mínimos obrigatórios encontra-se no ANEXO III do edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

9. DA EQUIPE DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

- 9.1.** Dispor e manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas;
- 9.1.1.** A responsabilidade Técnica dos Serviços caberá ao Nutricionista, responsável técnico, conforme estabelece o inciso I do artigo 2º do decreto no 77.052/76 da SNS-MS, o ANEXO II, item VII, da portaria 1.428, de 26/11/93, do Ministério da Saúde e o artigo 1º da Lei no 8.234/91, apresentado pela CONTRATADA em sua documentação de habilitação;
- 9.1.1.1.** Fica a critério da CONTRATADA a contratação de serviço jurídico para o serviço do nutricionista.
- 9.1.1.2.** Assim que contratada, o Nutricionista responsável deverá comunicar o fato ao CRN.
- 9.1.2.** Caso haja substituição do Nutricionista, responsável técnico, a CONTRATADA deverá realizar o comunicado de imediato à CONTRATANTE, acompanhado da justificativa da necessidade de substituição e a comprovação de registro profissional no CRN do substituto.
- 9.1.3.** O nutricionista deverá comparecer ao IFRJ pelo menos 01 (uma) vez por mês a fim de assinar o cardápio oferecido e treinar o pessoal quanto o manuseio de alimentos e a preparação dos mesmos.
- 9.2.** O pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente concessão será de exclusiva responsabilidade da Concessionária, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.
- 9.3.** A Concessionária disporá de empregados em número suficiente para o atendimento nos horários de maior procura, que deverão tratar os fregueses com urbanidade e respeito, dispensando-lhe um atendimento cordial, rápido e eficiente;
- 9.3.1.** Os empregados deverão ser identificados por crachá;
- 9.3.2.** Os empregados deverão trabalhar uniformizados, com uniforme branco, com os cabelos presos e cobertos;
- 9.4.** A Concessionária deverá emitir cupom fiscal para cada transação efetuada, cumprindo todas as exigências da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro para o atendimento da presente disposição;
- 9.5.** Os fregueses serão atendidos mediante pagamento ao caixa da lanchonete do preço correspondente, em moeda corrente, cheque, cartão de débito, cartão de crédito ou vale-refeição;
- 9.6.** A Concessionária deverá dispor de troco suficiente para a realização das transações comerciais diárias.

10. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 10.1.** Os preços praticados poderão ser reajustados a intervalos anuais até o limite da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Fundação Getúlio Vargas correspondente ao período, considerando como data-base aquela da assinatura do Contrato de concessão.

11.DA RETRIBUIÇÃO MENSAL

11.1. A Concessionária recolherá, a título de retribuição pelo uso de espaço público, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês;

11.1.1. A retribuição mensal inclui o custo do consumo de energia elétrica e de água e esgoto;

11.1.1.1. O custo de utilização do ramal telefônico será aferido pela fatura de serviços apresentada mensalmente pela operadora de telefonia;

11.2. O valor referente à retribuição mensal deverá ser recolhido através de GRU (Guia de Recolhimento da União) até o dia 10 (dez) do mês subsequente;

11.2.1. O valor da retribuição mensal será reajustado anualmente, para mais ou para menos, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) da Fundação Getúlio Vargas correspondente ao período, considerando como data-base aquela da assinatura do Contrato de concessão, caso haja interesse da administração.

11.3. Os valores referentes às quotas-partes do custo de utilização do ramal telefônico, informados pelo Gestor do Contrato de concessão, deverão ser recolhidos através de GRU (Guia de Recolhimento da União) até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

12.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir fielmente os termos do Contrato de concessão, de forma que os serviços sejam realizados como esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

12.2. Cumprir a legislação sanitária em vigor, em especial a Resolução CNNPA nº 33, de 9 de novembro de 1977 e as normas capituladas na Resolução RDC nº. 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), restando certo que a paralisação das atividades ou a interdição das instalações em decorrência de Auto de Infração poderá constituir motivo suficiente para a rescisão do Contrato de Concessão;

12.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte IFRJ na execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

12.4. Facilitar a fiscalização por parte dos órgãos competentes, cientificando o IFRJ do resultado das inspeções;

12.5. Relatar ao IFRJ, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos serviços e/ou nas instalações objeto da concessão;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 12.6.** Firmar o Termo de Recebimento e Responsabilidade relativo aos equipamentos e utensílios que constituem o objeto do Anexo VII ao presente Termo de Referência, obrigando-se a devolvê-los em bom estado ao final da vigência do Contrato ou a substituí-los por outros de características e qualidades similares, na hipótese de serem justificadamente recusados pelo Gestor do Contrato de concessão;
- 12.7.** Zelar pela conservação das instalações, móveis, equipamentos e utensílios fornecidos, reparando-os ou substituindo-os às próprias expensas quando danificados ou extraviados, restando certo que todo e qualquer reparo ou conserto deverá ser objeto de autorização prévia por parte do IFRJ;
- 12.8.** Manter quadro de pessoal suficiente para o atendimento aos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, faltas ao serviço, licenças ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o IFRJ;
- 12.9.** Empregar mão-de-obra preparada para o desempenho das funções, com empregados portadores de carteira de saúde atualizada e que serão submetidos a exames médicos periódicos;
- 12.10.** Manter os empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá, cuidando para que se sujeitem às normas de conduta do IFRJ;
- 12.11.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários e responsabilizar-se por todas as despesas referentes a encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como por quaisquer ônus relacionados à atividade;
- 12.12.** Substituir, sempre que exigido pelo IFRJ, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração, ou ainda incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 12.13.** Responsabilizar-se por toda e qualquer exigência legal para o exercício da atividade objeto do Contrato de concessão, como também por quaisquer acidentes que venham a vitimar seus empregados quando em serviço, devendo fazer constar em sua proposta declaração de cumprimento deste item;
- 12.14.** Responder por quaisquer danos que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos a terceiros ou ao próprio IFRJ, desde que seja comprovada a responsabilidade;
- 12.15.** Fornecer aos empregados os uniformes e seus complementos, confeccionados com material de boa qualidade, mantendo-os sempre em perfeitas condições e substituindo-os imediatamente por outros novos quando apresentarem indícios de desgaste;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 12.16.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possíveis demandas nas esferas trabalhista, civil ou penal relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
- 12.17.** Manter em dia alvará, registros, cadernetas, licenças e outras formalidades exigidas pelas autoridades competentes, sem quaisquer ônus para o Poder Concedente;
- 12.18.** Identificar todos os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do IFRJ;
- 12.19.** Complementar o mobiliário e os utensílios existentes, de forma a assegurar a adequada exploração comercial do espaço público objeto da concessão.
- 12.20.** Afixar quadro legível contendo a descrição simplificada dos itens componentes do Cardápio e seus respectivos preços, que deverão ser os mesmos de sua proposta;
- 12.21.** Acatar a decisão do CONTRATANTE para comercialização de refeições e lanches em dias e horários extraordinários, cujos preços e condições deverão ser acertados de comum acordo entre as partes;
- 12.22.** Colocar cardápios individuais à disposição do público, em quantidade igual ou superior ao número igual ao de mesas, com a descrição simplificada e os respectivos preços de todos os itens oferecidos;
- 12.23.** Utilizar matérias-primas de primeira qualidade, adquiridas de fornecedores idôneos, assegurado ao Poder Concedente o direito de exercer plena e rigorosa fiscalização da variedade, qualidade, quantidade e higiene dos alimentos oferecidos;
- 12.24.** Os produtos vendidos prontos e os insumos utilizados na confecção de lanches serão comercializados somente durante o respectivo prazo de validade;
- 12.25.** Atender, em todas as etapas do preparo, às técnicas corretas de culinária, de modo que os alimentos sejam saudáveis e adequadamente temperados, respeitando as características próprias de cada ingrediente para assegurar a preservação dos nutrientes;
- 12.26.** O(s) responsável(eis) pelas atividades de manipulação dos alimentos deve(m) ser comprovadamente submetido(s) a curso de capacitação, com periodicidade de 12 (doze) meses, no mínimo, dos seguintes temas:
- a) Contaminantes alimentares;
 - b) Doenças transmitidas por alimentos;
 - c) Manipulação higiênica dos alimentos;
 - d) Boas práticas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 12.27.** Manter gêneros alimentícios em quantidade suficiente para o atendimento das condições estabelecidas, evitando a falta de itens do cardápio;
- 12.28.** Realizar diariamente e sempre que necessário a limpeza do local e dos utensílios, de forma a mantê-los nas melhores condições higiênicas;
- 12.29.** Acondicionar e transportar o lixo, às suas expensas, em estrita conformidade com a legislação vigente e as exigências e conveniências do Órgão, não sendo tolerados, em hipótese alguma, o acúmulo e a guarda em suas dependências;
- 12.30.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela separação e destinação dos resíduos produzidos pela execução dos serviços, inclusive quanto ao óleo de cozinha, na forma da legislação ambiental específica e vigente. O lixo orgânico (restos de carne, frutas, verduras, restos de alimentos, etc.) deverá ser separado do lixo reciclável (papéis, plásticos, metais, vidros, etc.);
- 12.31.** Remover do local de preparação e das câmaras frigoríficas, diária e obrigatoriamente, os alimentos preparados e não servidos;
- 12.32.** Responsabilizar-se pela segurança, pela prevenção de incêndios e pelo seguro das instalações e dos equipamentos que ali se encontram, assim como pela limpeza, dedetização, desratização e manutenção do espaço sob concessão e suas adjacências, vedado o emprego de produtos químicos nocivos ao ser humano ou incompatíveis com as atividades desenvolvidas no local;
- 12.33.** Efetuar o pagamento da retribuição mensal, por meio de recolhimento do valor correspondente através de Guia de Recolhimento da União (GRU), até o dia 10 de cada mês;
- 12.34.** Efetuar o pagamento das quotas-partes relativas às despesas pelo uso do ramal telefônico, pelo consumo de energia elétrica e de água e esgoto, por meio de recolhimento do valor correspondente através de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- 12.35.** Indicar um preposto para representá-la na execução do Contrato;
- 12.36.** Manter, durante a execução dos serviços e de forma compatível com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório
- 12.37.** É vedado à Concessionária:
- 12.37.1.** O reaproveitamento de alimentos de qualquer espécie;
- 12.37.2.** Comercializar medicamentos, bebidas alcoólicas, produtos de tabaco e seus derivados, loterias e jogos de azar, drogas de qualquer natureza ou quaisquer outros produtos estranhos ao ramo de alimentação, sendo vedada ainda a utilização do espaço concedido para qualquer outra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

atividade, assim como a sua locação, sublocação ou transferência a terceiros;

12.37.3. Utilizar ou permitir a utilização do espaço para a veiculação de qualquer tipo de propaganda;

12.37.4. A retirada de quaisquer equipamentos, maquinários, móveis e utensílios de propriedade do CONTRATANTE do âmbito do restaurante, salvo autorização expressa e por escrito do CONTRATANTE;

12.37.5. Instalar ou permitir a instalação ou funcionamento de aparelhos cujo volume sonoro extrapole a área de concessão, bem como a realização de jogos, festas e confraternizações ruidosas;

12.37.6. Veicular publicidade acerca deste contrato, salvo prévia e expressa autorização do IFRJ;

12.37.7. Realizar subcontratação para a execução da totalidade do objeto do Contrato de concessão;

12.37.8. Contratar qualquer servidor pertencente ao quadro de pessoal do IFRJ durante a vigência do Contrato de concessão.

13.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Ceder à Concessionária o espaço público, o mobiliário e os utensílios que constituem o objeto da concessão, que serão recebidos mediante assinatura de Termo de Responsabilidade;

13.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução das tarefas, permitindo o livre acesso dos empregados da Concessionária ao local de execução dos serviços;

13.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de concessão, por meio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13.4. Notificar por escrito à Concessionária a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do Contrato de concessão;

13.5. Comunicar à Concessionária, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança na sistemática de recolhimento da retribuição mensal, bem como qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato de concessão;

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Concessionária no âmbito do Contrato de concessão;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

14.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

- 14.1.** O prazo de vigência do Contrato de concessão será de 12 (doze) meses, contatos a partir da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União;
- 14.2.** A Cessionária iniciará a prestação dos serviços no dia da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União.

15.DA VISTORIA OBRIGATÓRIA

- 15.1.** As empresas interessadas em participar do processo licitatório deverão realizar a vistoria das instalações com a finalidade de tomar ciência das condições do local e do estado de conservação do mobiliário e dos utensílios, além de dirimir quaisquer dúvidas quanto ao objeto da concessão;
- 15.2.** A vistoria poderá ser realizada até 3 (três) dias antes da data definida para a realização da sessão pública;
- 15.3.** A vistoria deverá ser agendada pelo telefone (24)3356-9110 e será conduzida por pessoa designada pela Prefeitura do IFRJ Campus Volta Redonda;
- 15.4.** Na ocasião será firmado o correspondente Termo de Vistoria, cujo modelo constitui o Anexo V do presente Termo de Referência, que deverá ser juntado à documentação de habilitação da Licitante.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2015
CAMPUS VOLTA REDONDA
PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) Nº. 23274.000186/2015-77

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

(nome da empresa) _____, CNPJ nº. _____, sediada _____ (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. _____, apresenta sua Proposta de Preço para o(s) seguinte(s) materiais(s) ofertado(s), conforme termos e especificações do Edital e seus anexos:

Item	Especificação detalhada	Valor Unitário (R\$)	Quant	Valor global (em R\$) e por extenso
01	Exploração comercial de lanchonete/cantina, através de concessão onerosa, nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ.			
VALOR GLOBAL:				

Saladas		
Descrição	Fornecimento	Preço (R\$)
Saladas, considerando 3 tipos de salada. - Salada Caesar: Filé de frango grelhado, cortado em tiras, alface americana rasgada, croutons, molho caesar (maionese, azeite, queijo parmesão ralado, etc.). -Salada de grão de bico: grão de bico cozido, tomate em cubos, cenoura ralada, alface picada, tempero à gosto (sal, azeite, vinagre, etc.). -Salada de feijão fradinho c/ atum (Feijão fradinho, atum, pimentão amarelo, milho, ovo cozinho).	Dois tipos de saladas por dia, alternando durante a semana a fim de contemplar as três opções.	



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Lasanhas		
Descrição	Fornecimento	Preço (R\$)
Lasanhas, considerando 3 sabores de recheio. - Lasanha a Bolonhesa. - Lasanha de queijo e presunto. - Lasanha 4 queijos	Dois tipos de lasanhas por dia, alternando durante a semana a fim de contemplar as três opções.	

Caldos		
Descrição	Fornecimento	Preço (R\$)
Caldos, considerando 3 sabores de recheio. - Caldo verde c/ frango (Peito de frango, couve, batata, temperos). -Canjiquinha c/ calabresa. (Canjiquinha, calabresa, couve, tomate, temperos). - Caldo de feijão com bacon. (Feijão preto, bacon, temperos).	Dois tipos de caldos por dia, alternando durante a semana a fim de contemplar as três opções.	

LANCHES		
ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
Valor Total dos Lanches		R\$ (.....)

PRAZO DE ENTREGA: _____ DIAS (máximo de xx dias – de acordo com o item)

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS (mínimo de 60 dias)

GARANTIA E ASSISTÊNCIA DO FABRICANTE: _____ MESES (mínimo de 12 meses)

BANCO (Código): _____ AGÊNCIA (Código): _____ PRAÇA: _____

BANCO (Nome): _____ CONTA CORRENTE: _____

_____, ____ de _____ de ____.

(assinatura do declarante)

Nome ou carimbo do declarante: _____

Cargo ou carimbo do declarante: _____

Nº do CPF e da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Telefone, fax e e-mail para contato: _____



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III**TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS**

PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) Nº. 23274.000186/2015-77

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2015

	QUANT.
GELADEIRA VERTICAL .	01
FREZZER VERTICAL .	01
LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL .	01
MÁQUINA DE CAFÉ ELÉTRICA E/OU EXPRESSO	01
FORNO ELETRICO	02
MICROONDAS	01
FRITADEIRA	01
CHAPA QUENTE	01
VITRINE FRIA	01
VITRINE QUENTE	01
MESAS	10
CADEIRA	40
EXAUSTOR	01

(nome da empresa) _____, CNPJ nº.
_____, sediada _____ (endereço completo,
telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal, infra-
assinado, declara, para fins do disposto no Pregão Eletrônico nº xx/2015, fornecer e
instalar no espaço designado CANTINA do IFRJ Campus Volta Redonda os
equipamentos mínimos obrigatórios listados acima, bem como todos os
equipamentos necessários para o bom funcionamento da CANTINA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Fls.: _____

Rubrica: _____

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante da empresa)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) Nº. 23274.000186/2015-77
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 01/2015

_____ (local e data) _____

_____, _____
(Nome da Empresa)

(CNPJ)

Ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO,
Campus Volta Redonda.

Prezados Senhores,

- a) Declaro, sob as penalidades cabíveis, que tomei conhecimento de todas as informações, das condições e locais de entrega para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação;
- b) Declaro que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência de fatos surgidos posteriormente;
- c) Declaro que não mantenho em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, quaisquer trabalhos a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

_____ (assinatura autorizada) _____
_____ (nome) _____
_____ (cargo do signatário) _____
_____ (endereço) _____

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) Nº. 23274.000186/2015-77
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2015



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2015, que eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, representante da empresa _____, CNPJ _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o representante do Campus Volta Redonda do IFRJ e vistoriei o local onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e grau de dificuldades existentes.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante da empresa)

Visto:

Assinatura e carimbo
(representante do Campus Volta Redonda do IFRJ)

ANEXO VI

CARDÁPIO MÍNIMO OBRIGATÓRIO

1. LANCHES

CARDÁPIO DE LANCHES	
ITEM	DESCRIÇÃO
1.	Sanduíche de queijo, quente ou frio, em pão francês, integral ou de forma, com pelo menos 50 (cinquenta) gramas de queijo
2.	Sanduíche de presunto, quente ou frio, em pão francês, integral ou de forma, com pelo menos 50 (cinquenta) gramas de



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

	presunto
3.	Sanduíche misto, quente ou frio, em pão francês, integral ou de forma, com pelo menos 50 (cinquenta) gramas de queijo e de 50 (cinquenta) gramas de presunto
4.	Sanduíche natural, frio, integral preparado segundo receita própria à base de frango desfiado ou atum, ricota ou queijo branco, verduras diversas, legumes variados, palmito, tomate seco etc., em unidades de pelo menos 150 (cento e cinquenta) gramas
5.	Sanduíche natural preparado em pão de forma com maionese, alface picada, cenoura ralada, frango desfiado ou atum ralado e queijo mozzarella ou minas, em unidades de no mínimo 150g
6.	Hambúrguer simples (pão, carne bovina e salada), em unidades de pelo menos 120 (cento e vinte) gramas
7.	Hambúrguer assado, em unidades de pelo menos 140g.
8.	Pão francês com manteiga ou margarina
9.	Salgado assado, em pelo menos 4 (quatro) variedades, tais como folheados, quiches, croissants (com e sem recheio) etc, em unidades de pelo menos 120g.
10.	Salgado frito, em pelo menos 4 (quatro) variedades, tais como coxinhas, rissoles, casulos, croquetes etc, em unidades de pelo menos 100g
11.	Pastel de forno de frango, em unidades de pelo menos 110g.
12.	Espetinho de frango empanado, em unidades de pelo menos 180g
13.	Pão de queijo, com pelo menos 80g
14.	Empadão de frango, servido em bandeja de alumínio descartável, em formato retangular, com capacidade de 500 ml, medindo aproximadamente 10cm x 13cm. Peso: 200g
15.	Mini pizza com diâmetro de 13cm e peso 110g
16.	Bolo em fatia, com pelo menos 30 (trinta) gramas, em sabores variados tais como inglês, chocolate, laranja e formigueiro
17.	Leite puro, integral ou desnatado, frio ou quente, em copo de 200 (duzentos) mililitros
18.	Leite puro, integral ou desnatado, frio ou quente, em copo de 300 (trezentos) mililitros
19.	Café com leite (integral ou desnatado), frio ou quente, em copo de 200 (duzentos) mililitros
20.	Café com leite (integral ou desnatado), frio ou quente, em copo de 300 (trezentos) mililitros
21.	Refrigerante, com e sem açúcar, em lata de 350 (trezentos e cinquenta) mililitros
22.	Suco natural de laranja (fruta), em copo de 300 (trezentos) mililitros
23.	Suco à base de polpa de fruta, em pelo menos 5 (cinco) variedades, em copo de 300 (trezentos) mililitros
24.	Vitamina de mamão com maçã, feito com a fruta e leite. Mínimo 300ml
25.	Vitamina de banana, feito com a fruta e leite. Mínimo 300ml
26.	Salada de frutas picadas, em pelo menos 3 (três) variedades (de acordo com a fruta da época), em embalagem (individual, com tampa) de no mínimo 100 (cem) gramas
27.	Água mineral, com ou sem gás, em copo de 200 (duzentos) mililitros
28.	Água mineral, com ou sem gás, em garrafa com pelo menos 500



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

	(quinhentos) mililitros
29.	Chocolate quente, em recipiente de 200 (duzentos) mililitros
30.	Chá, em sachês individuais de sabores diversos, tais como preto, de frutas, verde e de camomila
31.	Cappuccino, em sachê individual, com e sem açúcar
32.	Cafezinho simples, em copo de 50 (cinquenta) mililitros.

- 1.1. O café não poderá ser armazenado em garrafa térmica ou qualquer utensílio de armazenamento, ficando obrigatório prepara-lo no momento do pedido.

2. SALADAS

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Salada Caesar: Filé de frango grelhado, cortado em tiras, alface americana rasgada, croutons, molho caesar (maionese, azeite, queijo parmesão ralado, etc.).
2	Salada de grão de bico: grão de bico cozido, tomate em cubos, cenoura ralada, alface picada, tempero à gosto (sal, azeite, vinagre, etc.).
3	Salada de feijão fradinho c/ atum (Feijão fradinho, atum, pimentão amarelo, milho, ovo cozinho).

- 2.1. O fornecimento deverá ser realizado sempre com dois tipos de saladas por dia, alternando durante a semana a fim de contemplar as três opções.
- 2.2. O fornecimento se dará de pelo menos 11h00min às 15h00min.
- 2.3. As saladas deverão ser comercializadas em porções individuais, acondicionadas em pote plástico descartável, com tampa e capacidade de 600ml.

3. LASANHAS

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Lasanha a Bolonhesa. Massa de lasanha com molho bolonhesa (carne bovina moída, molho de tomate e temperos)
2	Lasanha de queijo e presunto. Massa de lasanha com queijo mozzarella e presunto.
3	Lasanha de 4 queijos. Massa de lasanha e 4 queijos sendo eles, mozzarella, parmesão, provolone e gorgonzola.

- 3.1. O fornecimento deverá ser realizado sempre com dois tipos de lasanhas por dia, alternando durante a semana a fim de contemplar as três opções.
- 3.2. O fornecimento se dará a partir de 11h00min.
- 3.3. As lasanhas deverão ser servidas em bandeja de alumínio descartável, em formato retangular, com capacidade de 500ml, medindo aproximadamente 15cm x 10cm e peso 300g.

4. CALDOS

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Caldo verde c/ frango (Peito de frango, couve, batata,



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

	temperos).
2	Canjiquinha c/ calabresa. (Canjiquinha, calabresa, couve, tomate, temperos).
3	Caldo de feijão com bacon. (Feijão preto, bacon, temperos).

- 4.1. É obrigatória a comercialização dos caldos a partir do primeiro dia útil do mês de Junho ao último dia útil do mês de Setembro.
- 4.2. O fornecimento deverá ser realizado sempre com dois tipos de caldos por dia, alternando durante a semana a fim de contemplar as três opções.
- 4.3. O fornecimento se dará a partir das 18h00min.
- 4.4. Os caldos deverão ser servidos em cumbucas de no mínimo 300ml.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MOBILIÁRIO E UTENSÍLIOS

PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) Nº. 23274.000186/2015-77
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2015



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

(nome da empresa) _____, CNPJ nº. _____, sediada _____ (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, declara que recebeu do Campus Volta Redonda do IFRJ os materiais e utensílios abaixo especificados e compromete-se a devolvê-los em bom estado ao final da vigência do Contrato ou a substituí-los por outros de características e qualidades similares, na hipótese de serem justificadamente recusados pelo Gestor do Contrato de concessão.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE
1		
2		

_____, ____ de _____ de ____.

(assinatura do declarante)

Nome ou carimbo do declarante: _____

Cargo ou carimbo do declarante: _____

Nº do CPF e da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Telefone, fax e e-mail para contato: _____

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº. _____, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL**



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – IFRJ CAMPUS VOLTA REDONDA, criado pela Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, em seu inciso XXVI do Artigo 5º, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. _____, atualmente situado _____, neste ato representado por seu Diretor Geral, _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, representada neste ato por _____, portador da Carteira de identidade nº. _____ e CPF nº. _____, doravante denominado apenas CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº. **23274.000186/2015-77**, referente ao Pregão Eletrônico nº. 01/2015, com fundamento nas Leis nº. 10.520 de 17/07/2002, os Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 3.722 de 09/01/2001, nº. 3.784 de 06/04/2001, nº. 4.485 de 25/11/2002 e nº. 5.450 de 31/05/2005, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e demais legislações e normas pertinentes e demais normas legais pertinentes à matéria, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa, mediante permissão onerosa de uso, para preparo e comercialização de lanches e refeições, por meio de restaurante e lanchonete localizados nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ, situado na Rua Antônio Barreiros, 212, Nossa Senhora das Graças, com uma área de 123m², observando as exigências contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação) e neste Contrato de Permissão Onerosa de Uso do espaço físico, devendo a Contratada pagar mensalmente ao CONTRATANTE a taxa de permissão onerosa de uso definida na Cláusula 6.1 deste ajuste.

Parágrafo Único - A execução do objeto aqui tratado obedecerá, fiel e integralmente, o (a) Pregão Eletrônico, e a proposta da CONTRATADA, nesta ordem, ambos constantes no processo administrativo nº. **23274.000186/2015-77** que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

- 1.2.** Os preços das saladas, lasanhas, caldos, lanches e bebidas, a serem praticados inicialmente, serão aqueles ofertados na proposta financeira da CONTRATADA.
- 1.3.** O horário de funcionamento do restaurante deverá ser, no mínimo, das 08h00min às 21h30min de segunda a sexta e sábado de 08h00min às 11h00min, sendo que o fornecimento de salada deverá ocorrer, no mínimo, das 11h00min às 15h00min, o fornecimento de lasanha deverá ocorrer após às 11h00min e caldos, no período do primeiro dia útil do mês de junho ao último dia útil do mês de setembro, a partir das 18h00min, podendo ser alterado com prévia autorização da Administração.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

- 2.1. Entregar o local em condições de uso;
- 2.2. Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços;
- 2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da licitante vencedora;
- 2.4. Fiscalizar a execução dos serviços por um representante, a quem compete também anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente da CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 2.5. Comunicar à Concessionária, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança na sistemática de recolhimento da retribuição mensal, bem como qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato de concessão;
- 2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Concessionária no âmbito do Contrato de concessão;
- 2.7. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes dos Anexos do edital, bem assim os materiais fornecidos;
- 2.8. Solicitar que seja refeito o serviço e substituído o material que não atender às especificações constantes dos Anexos do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

- 3.1. Cumprir fielmente este contrato, de modo que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com a Descrição dos Serviços – Termo de Referência, Anexo I – do Edital de Licitação;
- 3.2. Responder, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:
 - a) salários;
 - b) seguros de acidente;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 3.3. Apresentar equipe de trabalho qualificada e capacitada para desempenhar satisfatoriamente as funções, nas diversas dependências do IFRJ, para que a rotatividade seja a menor possível;
- 3.4. A Contratada deverá possuir em sua equipe de trabalho, como responsável técnico um Nutricionista, e em caso de substituição do Nutricionista a CONTRATADA deverá realizar o comunicado de imediato à CONTRATANTE, acompanhado da justificativa da necessidade de substituição e a comprovação de registro profissional no CRN do substituto;
- 3.5. Fica a critério da CONTRATADA a contratação de serviço jurídico para o serviço do nutricionista.
- 3.6. O nutricionista deverá comparecer ao IFRJ pelo menos 01 (uma) vez por mês a fim de assinar o cardápio oferecido e treinar o pessoal quanto o manuseio de alimentos e a preparação dos mesmos.
- 3.7. Disponibilizar ou substituir, em tempo hábil, quaisquer membros da equipe de trabalho. Se não o fizer, sujeitar-se-á a multa correspondente ao período de atraso, na forma do art. 86 da Lei 8.666/93;
- 3.8. Substituir, sempre que exigido pelo IFRJ, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração, ou ainda incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 3.9. Manter quadro de pessoal suficiente para o atendimento aos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, faltas ao serviço, licenças ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o IFRJ;
- 3.10. Responder pela apresentação pessoal de sua equipe de trabalho, dentro dos padrões estabelecidos pelo IFRJ, inclusive no que concerne ao uso de uniformes;
- 3.11. Exigir de sua equipe de trabalho, o fiel cumprimento das normas de segurança patrimonial e pessoal do IFRJ, inclusive quanto à identificação funcional;
- 3.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários e responsabilizar-se por todas as despesas referentes a encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como por quaisquer ônus relacionados à atividade;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 3.13. Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho; mantendo-os sempre em perfeitas condições e substituindo-os imediatamente por outros novos quando apresentarem indícios de desgaste;
- 3.14. Não repassar custos de qualquer item referente a uniformes e equipamentos a seus empregados;
- 3.15. Manter os empregados dentro dos parâmetros das normas disciplinares do Contratante, não gerando qualquer vínculo empregatício com o mesmo;
- 3.16. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte IFRJ na execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- 3.17. Facilitar a fiscalização por parte dos órgãos competentes, cientificando o IFRJ do resultado das inspeções;
- 3.18. Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;
- 3.19. Assumir todo o ônus decorrente de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução das obrigações pactuadas;
- 3.20. Observar o pleno cumprimento das obrigações pactuadas, procedendo à verificação dos serviços prestados, por preposto da empresa e em conjunto com o representante do IFRJ;
- 3.21. Ser para todos os fins e efeitos jurídicos, a única e exclusiva empregadora, afastando o IFRJ, em qualquer hipótese, de responsabilidade trabalhista;
- 3.22. Reconhecer todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, no sentido de evitar solução de continuidade nas atividades dependentes deste contrato, em decorrência da inexecução ou rescisão deste contrato;
- 3.23. Manter, durante o período de duração do presente instrumento de contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que deu origem ao presente contrato;
- 3.24. Ressarcir e/ou repor o bem físico danificado, destruído ou desaparecido, responsabilizando-se pelos prejuízos ao IFRJ, bem assim, de terceiros prejudicados desde que, comprovada a ação ou omissão por parte dos funcionários da CONTRATADA;
- 3.25. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência com referência a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

estes encargos, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato;

- 3.26.** Apresentar, no curso da execução dos serviços, sempre que for solicitada pela contratante, Certidão Negativa de Débito Salarial, emitida pelo Ministério do Trabalho – DRT, em conformidade com o § único, art. 1º do Decreto – Lei nº 368/68, com o art. 12 da Portaria Mtb nº 3.038/69 e com o art. 17, §§ 1º e 2º da Portaria GM/Mtb nº 1.061/96;
- 3.27.** Submeter a equipe de trabalho aos exames médicos admissionais e periódicos, apresentando o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) comprovando a capacitação para o trabalho, conforme disposições legais contidas na NR 7 – PCMSO, aprovada pela Portaria MTb nº 3.124 de 08/06/1978, relativo ao Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977 somente sendo permitida a integração do empregado à equipe de trabalho, após verificação desses atestados pelo IFRJ;
- 3.28.** Afastar imediatamente da área do IFRJ qualquer empregado ou preposto que não observe os preceitos gerais de higiene, apresente sintoma de doença ou que venha a criar embaraços à fiscalização;
- 3.29.** Responsabilizar-se por toda e qualquer exigência legal para o exercício da atividade objeto do Contrato de concessão, como também por quaisquer acidentes que venham a vitimar seus empregados quando em serviço, devendo fazer constar em sua proposta declaração de cumprimento deste item
- 3.30.** Obedecer à legislação em vigor reguladora da espécie e, em especial, às normas editadas pela Secretaria da Saúde e pelo Ministério do Trabalho, no que concerne à higiene e segurança do trabalho, observando a Resolução nº 216/2004 – ANVISA, que trata das “Boas Práticas para Serviços de Alimentação”, devendo ser implementados os Procedimentos Operacionais Padronizados – POPs a seguir:
- a) Higienização de instalações, equipamentos e móveis;
 - b) Controle integrado de vetores e pragas urbanas;
 - c) Higienização do reservatório; e
 - d) Higiene e saúde dos manipuladores (empregados da contratada);
- 3.31.** Para concessão de Insalubridade ou Periculosidade fica obrigado a terceirizada apresentar o Laudo Técnico Pericial, que será validado pela Divisão de Saúde do Trabalhador (DISAT), da Coordenação de Recursos Humanos (CRH), conforme critérios vigentes para os colaboradores do IFRJ;
- 3.32.** É responsável pela emissão e registro da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), nos prazos fixados em Lei;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 3.33.** É responsável pelo treinamento dos membros da equipe de trabalho para as atividades a serem desenvolvidas visando a Prevenção de Acidentes de Trabalho, bem como apresentar toda documentação que comprove a realização do treinamento;
- 3.34.** O presente projeto não prevê fornecimento de planos de saúde aos empregados;
- 3.35.** Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo;
- 3.36.** Nas áreas reservadas ou nos dias e horários sem expediente, o ingresso nos imóveis só será permitido mediante apresentação de autorização especial, fornecida pelo Setor responsável pela Administração dos mesmos. Na falta dessa autorização e desde que caracterizada a necessidade do ingresso no local, deverá o interessado, após a identificação, ser acompanhado pelo vigilante;
- 3.37.** O registro da frequência dos empregados da Contratada deverá ser por ela controlado, a qual se responsabilizará, ainda, pela fiscalização diária dos mesmos, inclusive no período noturno e especialmente nos horários de substituição dos plantonistas que, em nenhuma hipótese, poderão se retirar dos prédios portando volumes ou objetos sem a devida autorização;
- 3.38.** Nenhum volume ou objeto pertencente a Administração poderá ser retirado das suas dependências, sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, fornecida pelo setor de origem, com assinatura da chefia de categoria igual ou superior a da Seção, devidamente identificada com carimbo, contendo nome e função. Essa autorização deverá ser entregue no momento da retirada do material ao vigilante, que examinará sua autenticidade e a entregará imediatamente ao Setor de Administração do imóvel;
- 3.39.** Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da Contratante;
- 3.40.** Atender de imediato as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- 3.41.** Instruir seus empregados quanto as necessidade de acatar as orientações do preposto da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 3.42.** Relatar a Administração toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;
- 3.43.** Registrar no Livro de Ocorrências as irregularidades verificadas em seu turno de serviço, comunicando imediatamente ao fiscal e ao zelador de plantão;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 3.44.** Apresentar-se uniformizado, com boa aparência, ser assíduo, educado e disciplinado;
- 3.45.** Oferecer aos empregados contratados por força do contrato originário desta licitação, em cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho homologada pelo Ministério do Trabalho, os seguintes benefícios: Vales Transporte, Vales Refeição/Alimentação e Seguro de Vida;
- 3.46.** Obriga-se a pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, os salários da equipe de trabalho vinculados aos serviços objeto desta licitação, sob pena de não o fazendo, dar ensejo à cobrança de multa de mora no valor equivalente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o total do mês em que ocorrer a mora.
- 3.36.** Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do IFRJ, quando esses tenham sido ocasionados por seus profissionais durante a prestação dos serviços;
- 3.37.** Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus profissionais no recinto do IFRJ;
- 3.38.** Executar os serviços constantes do objeto em conformidade com o respectivo planejamento, normas e Especificações Técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo IFRJ;
- 3.39.** Cumprir a legislação sanitária em vigor, em especial a Resolução CNNPA nº 33, de 9 de novembro de 1977 e as normas capituladas na Resolução RDC nº. 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), restando certo que a paralisação das atividades ou a interdição das instalações em decorrência de Auto de Infração poderá constituir motivo suficiente para a rescisão do Contrato de Concessão;
- 3.40.** Manter em dia alvará, registros, cadernetas, licenças e outras formalidades exigidas pelas autoridades competentes, sem quaisquer ônus para o Poder Concedente;
- 3.41.** Promover, por sua conta e risco, o transporte dos gêneros alimentícios, bebidas e materiais necessários ao funcionamento do estabelecimento;
- 3.42.** Abastecer o local de prestação dos serviços em horário diferente de seu funcionamento;
- 3.43.** Zelar pela conservação das instalações, móveis, equipamentos e utensílios fornecidos, reparando-os ou substituindo-os às próprias expensas quando danificados ou extraviados, restando certo que todo e qualquer reparo ou conserto deverá ser objeto de autorização prévia por parte do IFRJ;
- 3.44.** Identificar todos os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do IFRJ;
- 3.45.** Complementar o mobiliário e os utensílios existentes, de forma a assegurar a adequada exploração comercial do espaço público objeto da concessão.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 3.46.** Relatar ao IFRJ, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos serviços e/ou nas instalações objeto da concessão;
- 3.47.** Afixar quadro legível contendo a descrição simplificada dos itens componentes do Cardápio e seus respectivos preços, que deverão ser os mesmos de sua proposta;
- 3.48.** Colocar cardápios individuais à disposição do público, em quantidade igual ou superior ao número igual ao de mesas, com a descrição simplificada e os respectivos preços de todos os itens oferecidos
- 3.49.** A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do CONTRATANTE, mensalmente, a programação de cardápios das refeições a serem servidas no restaurante;
- 3.50.** Acatar a decisão do CONTRATANTE para comercialização de refeições e lanches em dias e horários extraordinários, cujos preços e condições deverão ser acertados de comum acordo entre as partes;
- 3.51.** Utilizar matérias-primas de primeira qualidade, adquiridas de fornecedores idôneos, assegurado ao Poder Concedente o direito de exercer plena e rigorosa fiscalização da variedade, qualidade, quantidade e higiene dos alimentos oferecidos;
- 3.52.** Os produtos vendidos prontos e os insumos utilizados na confecção de lanches serão comercializados somente durante o respectivo prazo de validade;
- 3.53.** Manter gêneros alimentícios em quantidade suficiente para o atendimento das condições estabelecidas, evitando a falta de itens do cardápio;
- 3.54.** Atender, em todas as etapas do preparo, às técnicas corretas de culinária, de modo que os alimentos sejam saudáveis e adequadamente temperados, respeitando as características próprias de cada ingrediente para assegurar a preservação dos nutrientes;
- 3.55.** O(s) responsável(eis) pelas atividades de manipulação dos alimentos deve(m) ser comprovadamente submetido(s) a curso de capacitação, com periodicidade de 12 (doze) meses, no mínimo, dos seguintes temas:
- a) Contaminantes alimentares;
 - b) Doenças transmitidas por alimentos;
 - c) Manipulação higiênica dos alimentos;
 - d) Boas práticas.
- 3.56** Realizar diariamente e sempre que necessário a limpeza do local e dos utensílios, de forma a mantê-los nas melhores condições higiênicas;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 3.57** Promover, diariamente, por sua conta e risco, em estrita conformidade com a legislação vigente e as exigências e conveniências do Órgão o transporte do lixo, a remoção dos detritos e restos diários de sua atividade, bem como de qualquer objeto de sua propriedade que esteja em desuso, em horário previamente combinado com a Administração do IFRJ;
- 3.58** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela separação e destinação dos resíduos produzidos pela execução dos serviços, inclusive quanto ao óleo de cozinha, na forma da legislação ambiental específica e vigente. O lixo orgânico (restos de carne, frutas, verduras, restos de alimentos, etc.) deverá ser separado do lixo reciclável (papeléis, plásticos, metais, vidros, etc.);
- 3.59** Remover do local de preparação e das câmaras frigoríficas, diária e obrigatoriamente, os alimentos preparados e não servidos;
- 3.60** Providenciar manutenção preventiva programada mensal e corretiva com fornecimento integral de peças, com empresa autorizada, de todos os equipamentos de cozinha, respeitados os critérios e prazos de garantia de fábrica dos equipamentos;
- 3.61** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação, se aplicável, deverão ser prestados por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar;
- 3.62** Todos os consertos, se e quando necessários, deverão se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo da adequada prestação do serviço contratado;
- 3.63** Manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade;
- 3.64** A dedetização e desratização do local da cozinha, refeitório, lanchonete e demais dependências será realizada pela CONTRATADA, com a periodicidade necessária, ficando sob sua responsabilidade o resguardo das condições técnicas de higiene e precaução quanto à saúde dos usuários. Após a execução dos serviços, deverá ser apresentado ao fiscal/gestor do contrato a comprovação da realização dos mesmos;
- 3.65** Responsabilizar-se pela segurança, pela prevenção de incêndios e pelo seguro das instalações e dos equipamentos que ali se encontram, assim como pela limpeza, dedetização, desratização e manutenção do espaço sob concessão e suas adjacências, vedado o emprego de produtos químicos nocivos ao ser humano ou incompatíveis com as atividades desenvolvidas no local;
- 3.66** Efetuar, mensalmente, o recolhimento da Taxa de Permissão Onerosa de Uso, nos termos contratados;
- 3.67** Efetuar o pagamento das quotas-partes relativas às despesas pelo uso do ramal telefônico, pelo consumo de energia elétrica e de água e esgoto, por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

meio de recolhimento do valor correspondente através de Guia de Recolhimento da União (GRU);

- 3.68** Indicar um preposto para representá-la na execução do Contrato
- 3.69** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas.
- 3.70** Dar integral cumprimento a sua proposta, que passa a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;

Parágrafo Único – Excluem-se da responsabilidade da CONTRATADA os danos e acidentes provocados pela inobservância, do IFRJ, quanto às recomendações, avisos, posturas e normas fixadas pela CONTRATADA, relativas à segurança.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

À CONTRATADA caberá, ainda:

- 4.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 4.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 4.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este Contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e
- 4.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.
- 4.5.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 5.1.** É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 5.2.** A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.
- 5.3.** É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução da totalidade dos serviços constantes do objeto deste contrato.
- 5.4.** Não poderão ser subcontratadas quaisquer das empresas participantes do certame licitatório que gerou o contrato.
- 5.5.** Na subcontratação, a empresa que mantém contrato com este IFRJ deverá apresentar à Administração do IFRJ os documentos que conferem a regularidade fiscal da subcontratada, sendo este fator imprescindível para a subcontratação.
- 5.6.** Será vedado, de forma expressa, à CONTRATADA:
- a) O reaproveitamento de alimentos de qualquer espécie;
 - b) Comercializar medicamentos, bebidas alcoólicas, produtos de tabaco e seus derivados, loterias e jogos de azar, drogas de qualquer natureza ou quaisquer outros produtos estranhos ao ramo de alimentação, sendo vedada ainda a utilização do espaço concedido para qualquer outra atividade, assim como a sua locação, sublocação ou transferência a terceiros;
 - c) A retirada de quaisquer equipamentos, maquinários, móveis e utensílios de propriedade do CONTRATANTE do âmbito do restaurante, salvo autorização expressa e por escrito do CONTRATANTE;
 - d) A execução de obras nas dependências das cozinhas e restaurantes, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
 - e) A permanência de pessoas no local indicado para execução dos serviços, fora dos horários determinados pelo CONTRATANTE;
 - f) A transferência do presente contrato, no todo ou em parte;
 - g) Utilizar qualquer dependência do IFRJ como escritório;
 - h) Colocar cartazes nas dependências do IFRJ sem a prévia autorização do CONTRATANTE quanto à forma e local de fixação;
 - i) Utilizar ou permitir a utilização do espaço para a veiculação de qualquer tipo de propaganda;
 - j) Instalar ou permitir a instalação ou funcionamento de aparelhos cujo volume sonoro ultrapasse a área de concessão, bem como a realização de jogos, festas e confraternizações ruidosas;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

- 6.1. O valor anual correspondente à Permissão Administrativa de Uso é de R\$ 9.600,00 (NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS), a ser pago pela CONTRATADA em parcelas mensais de R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS), mediante GRU (Guia de Recolhimento da União), até o 10º (DÉCIMO) dia útil do mês subsequente ao vencido, assim considerado o período de 30 dias, para cada mês, mediante GRU – Guia de Recolhimento da União, informando:
- a) Código UG: ;
 - b) Código Gestão: ;
 - c) Código de Recolhimento: ;
 - d) Número de Referência .
- 6.2. A CONTRATADA, não vindo a efetuar o pagamento do aluguel no prazo previsto, fica obrigada a pagar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 6.3. O valor à taxa de permissão onerosa de uso poderá ser reajustado anualmente conforme a variação do IGP-M/FGV, tomando-se como índice inicial o do mês correspondente ao imediatamente anterior ao da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União.
- 6.4. Em períodos de férias escolares, recessos e eventuais paralisações, o valor da Permissão Administrativa de Uso será reduzido em 50% *pro rata tempore*.
- 6.5. Ao valor mensal da permissão administrativa de uso será, ainda, acrescidas as importâncias correspondentes aos valores de impostos, taxas e tarifas eventualmente incidentes no espaço permitido, mediante apresentação do documento de cobrança emitido pelos órgãos públicos e concessionários competentes e relatório com base nas aferições em medidor de consumo individual a ser instalado pela CONTRATANTE.
- 6.6. Os preços dos itens constantes do Cardápio são fixados de acordo com a proposta comercial apresentada pela empresa.
- 6.7. Os preços dos itens constantes do Cardápio serão fiscalizados por uma comissão ou servidor designados pela Administração.
- 6.8. Os preços iniciais dos itens constantes do Cardápio poderão ser reajustados a intervalos anuais até o limite da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) da Fundação Getúlio Vargas correspondente ao período, considerando como data-base aquela da assinatura do Contrato de concessão.
- 6.9. A redução dos preços dos itens constantes do Cardápio é facultada à Contratada a qualquer tempo.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A manifestação sobre a prorrogação se dará mediante comunicação de uma das partes e aceitação da outra, por escrito, com antecedência mínima de () dias corridos do término de cada período contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA obriga-se a iniciar a execução dos serviços no prazo de () dias corridos, contado da data da assinatura do presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos termos do artigo 110, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se o prazo de vencimento estipulado nesta cláusula incidir em dia em que não houver expediente será o mesmo prorrogado, automaticamente, para o primeiro dia de expediente seguinte.

CLAUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O presente instrumento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A execução do contrato bem como os casos nele omissos, serão regulamentados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, a critério do CONTRATANTE:

- a) Advertência por escrito, quando verificadas pequenas irregularidades, devidamente corrigidas;
- b) Pagamento de multa de 10% (dez por cento) ao dia, limitada a 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o valor da Taxa de Concessão Remunerada de Uso, nas seguintes situações:
 - I. Atraso injustificado no início da execução dos serviços;
 - II. Inobservância dos horários determinados para o fornecimento de lanches e bebidas;
 - III. Por emprego de gêneros alimentícios em desacordo com as especificações ou recusados pelo contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- IV. Alteração de cardápio, não cumprimento das rotinas de limpeza e higienização das instalações, bens móveis e utensílios;
- V. Fornecimento de cigarros e bebidas alcoólicas;
- VI. Não execução dos serviços de acordo com as especificações técnicas do Edital e da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Taxa de Concessão Remunerada de Uso correspondente a 12 (doze) meses, nos seguintes casos:
- I. Cessão, benefício, favores, vantagens ou similares concedidos por funcionários da contratada a funcionários do contratante ou terceiros, sob sua interveniência;
 - II. Reaproveitamento de alimentos;
 - III. Transferência do contrato, no todo ou em parte.
- 9.2. Da aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos em Lei.
- 9.3. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.4. A CONTRATADA e seus diretores, sócios-gerentes e/ou controladores serão incluídos no "Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual", caso incorram em qualquer das sanções tipificadas na Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999.
- 9.5. O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, será recolhido pelo IFRJ através de GRU (Guia de Recolhimento da União) ou cobrado judicialmente.
- 9.6. A CONTRATADA também poderá sofrer penalidades caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.
- 9.7. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.
- 9.8. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados nesta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhuma sanção será aplicada à CONTRATADA sem o devido processo administrativo, facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for intimada para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a. descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;
- b. outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFRJ, e a critério deste, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O IFRJ poderá aplicar à CONTRATADA multa moratória e multa por inexecução deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO SEXTO – A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados, calculados com base no valor da Concessão Remunerada de Uso.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A suspensão do direito de licitar e contratar com o IFRJ poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

- I. Por 06 (seis) meses:
 - a. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente que tenham acarretado prejuízos ao IFRJ;
 - b. Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou sanção de multa.
- II. Por 02 (dois) anos:
 - a. Não conclusão dos serviços contratados;
 - b. Prestação do serviço em desacordo com o Termo de Referência (Anexo I do Edital) não efetuando sua correção após solicitação do IFRJ;
 - c. Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao IFRJ, ensejando a rescisão do contrato por sua culpa;
 - d. Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - e. Apresentação ao IFRJ, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
 - f. Demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o IFRJ, em virtude de atos ilícitos praticados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- g. Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do IFRJ após a assinatura deste contrato;
- h. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do IFRJ.

PARÁGRAFO OITAVO – A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da CONTRATANTE, atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos à CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções. A declaração de inidoneidade implica proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Ministro da Educação e será aplicada à CONTRATADA que, dentre outros casos:

- I. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o IFRJ, em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do IFRJ.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 10.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão que ocorrerá de pleno direito e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, constituindo motivos o que dispõe o art. 78 da Lei 8.666/93, ou quando:
 - 10.1.1. A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao IFRJ for superior a dias consecutivos;
 - 10.1.2. Quando as queixas da comunidade tiverem comprovação concreta e substanciada por sindicância administrativa.
- 10.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3. A rescisão deste contrato poderá ser:
 - a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
 - b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

10.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Este Termo de Contrato, como também seus aditamentos, deverá ser publicado no DOU, na forma do que dispõe o parágrafo primeiro do art. 61, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA NOVAÇÃO

12.1. Se o IFRJ não se valer de quaisquer dos direitos que lhe são assegurados neste Termo ou na lei em geral, ou não aplicar quaisquer sanções nele previstas, isso não importará em novação, nem em desistência de ações judiciais ou extrajudiciais posteriores. Todos os recursos judiciais ou extrajudiciais que dispõe ao IFRJ neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. O Contrato será acompanhado e fiscalizado pelo(s) servidor(es) _____, designado(s) através da Portaria Nº _____, atendendo ao disposto no art. 67 da Lei 8.666/93. Independente de qualquer aviso, o IFRJ, a seu critério, poderá fazer a substituição de seu(s) gestor(es), sem que haja necessidade de elaboração de Termo Aditivo – TA.

13.2. São atribuições do gestor:

- a. Analisar e verificar os serviços atestados pelo fiscal;
- b. Analisar e instruir processo concernente a faltas cometidas pelo contratado, com indicação de penalidade cabível e da necessidade ou não de rescisão contratual visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;
- c. Analisar e instruir processo concernente a aplicação de multas e execução da garantia, visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;

13.3. A Fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o final do Contrato e será exercida no interesse exclusivo do IFRJ, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

13.4. Caberá à Fiscalização do IFRJ:

- a. Aprovar a indicação do preposto pela condução dos trabalhos, pelo contratado;
- b. Nos termos do Artigo 67, § 2º da Lei 8.666/93, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

- c. Observar as falhas na execução do objeto, tanto materiais quanto relativo à mão-de-obra e a não observância aos projetos;
- d. Determinar a correção de vícios e danos detectados na execução do objeto;
- e. Esclarecer e solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Termo de referência, especificações e outros documentos.

13.5. A fiscalização do IFRJ terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências vinculadas a prestação do Serviço de Cantina, podendo:

- a. Verificar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias às preparações/consumo;
- b. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios, bem como dos veículos utilizados para o transporte dos alimentos.

13.6. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O IFRJ rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Contrato;

14.2. Respeitadas as disposições deste contrato, independentemente de transcrição, passam a fazer parte integrante deste instrumento e terão plena validade entre as partes contratantes, o Edital do Pregão Eletrônico Nº e a proposta da CONTRATADA.

14.3. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax ou e-mail, na sede dos contratantes.

14.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério do CONTRATANTE, se façam necessários até o limite permitido pelo artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas vias administrativas, resguardada a competência exclusiva da Justiça Federal.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Volta Redonda, de de .

NOME
DIRETOR(A) GERAL DO CAMPUS VOLTA
REDONDA DO IFRJ

REPRESENTANTE
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Por Parte do IFRJ

Ass.: _____

Nome: _____

CPF: _____

Por Parte da EMPRESA

Ass.: _____

Nome: _____

CPF: _____



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I AO CONTRATO XX/2015**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

1. O Acordo de Níveis de Serviço (ANS) é parte integrante do Contrato.
2. Os descontos previstos no Acordo de Níveis de Serviço são autônomos, não excluindo o cumprimento dos demais itens do Edital nem a aplicação das demais penalidades previstas no Edital do Pregão n.º XXX/2015.
3. Os descontos serão aplicados, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei e no Edital, referentes à inexecução do fornecimento/serviço, no todo ou em parte.
4. Para efeito de aplicação dos descontos, serão atribuídos graus de severidade, conforme tabelas a seguir. Os descontos abaixo são interdependentes, podendo ser aplicadas acumulativamente.
5. Os descontos serão efetuados sobre o valor da NF apresentada, ou ainda, quando for o caso, deduzidas da garantia ou cobradas administrativamente ou judicialmente.
6. O objetivo dos ANS é vincular o pagamento do fornecimento/serviço aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento dos ANS, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.
7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa as faltas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, conforme previsto no art. 33, § 1º, da IN MPOG n.º 02/2008.

Item	Descrição
Servir refeição com itens, porcionamento ou qualidade inferior ao contratado.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Servir refeição com valor nutricional diário inferior ao contratado.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Deixar de cumprir o horário de fornecimento de refeições.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Disponibilizar utensílios em número insuficiente ao atendimento dos usuários.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

	mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Deixar de apresentar o cardápio mensalmente para prévia aprovação da Contratante.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Servir refeição fora do cardápio aprovado pela Contratante, sem a prévia anuência desta.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Servir refeição com opções de pratos (base, proteico, acompanhamento, salada, sobremesa, suco) em quantidade e características inferiores ao contratado.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Não proporcionar um ambiente para preparo e distribuição de refeições, dentro de padrões higiênico-sanitários adequados (segundo legislação vigente).	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Servir refeição ou apresentar cardápio com repetição de itens superior ao permitido.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Obter índices de satisfação dos usuários inferior a 60% nas pesquisas bimestrais.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.
Deixar de excluir do cardápio item ou prato que obteve rejeição por mais de 60% dos usuários, nas pesquisas bimestrais.	a) 1ª Ocorrência: Advertência b) 2ª Ocorrência - Reincidência: desconto de 0,5% sobre o valor mensal executado, com desconto na fatura. c) 3ª Ocorrência: Demais penalidades previstas no Contrato.